



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo* ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição* ..... *Valdir Rossoni*  
*PMDB* ..... *Waldyr Pugliesi*  
*PSDB* ..... *Ademar Traiano*  
*Democratas* ..... *Plauto Miró*  
*PT* ..... *Elton Welter*  
*PP* ..... *Duílio Genari*  
*PDT* ..... *Luiz Carlos Martins*  
*PTB* ..... *Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN* ..... *Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV* ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 109**

### **99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Telegramas ..... 03

Proposta de Emenda Constitucional 03

Designações ..... 05

Requerimentos ..... 05

Projetos de Resolução ..... 09

Projetos de Lei ..... 11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Geraldo Cartário..... 18

Dep. Jocelito Canto..... 20

Dep. Péricles de Mello..... 21

Dep. Plauto Miró..... 23

Dep. Elio Rusch ..... 24

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri .....26

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....20

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....22

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch .....24

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira .....27

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior.....28

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....30

Discussão/Votação

3ª Discussão .....30

2ª Discussão .....31

1ª Discussão .....31

Requerimentos .....39

**Encerramento da Sessão .....43**

### **DIÁRIO Nº 109**

### **99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Mamede e Valdir Rossoni (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Ney Leprevost, Reni Pereira e Stephanes Júnior (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob o nº CEE/CC 1716/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos, sobre o pregão presencial nº 320/07, para aquisição de 4 mil tratores. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1735/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que pede esclarecimentos sobre solicitações de pedidos de internamentos em UTI em 2007, de Ponta Grossa e região de campos gerais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 776/07-GS do Sr. engenheiro Julio Cesar de Souza Araujo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre o Governo do Estado e a Construtora Vale do Ivaí - CONSVALE. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

### ***Telegramas***

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

Nº 000098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

Nº 000138/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para fortalecimento dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública.

Nº 000335/MS/SE/FNS - valor de R\$ 24.862,21 - pagamento de teto estadual da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Nº 000412/MS/SE/FNS - valor de R\$ 401,12 - pagamento de ações judiciais de medicamentos excepcionais.

#### **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 000381/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a maternidade Victor Ferreira do Amaral - FUNPAR FUND da UFPR - valor de R\$ 2.110,47 - para pagamento de Intergrasus II.

Sob o nº 000382/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro - valor de R\$ 9.873,17 - para pagamento de Intergrasus II.

Sob o nº 000383/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Psiquiátrico Dom Alberto Irmandade Santa Casa de Misericórdia Curitiba - valor de R\$ 30.336,86 - para pagamento de Intergrasus II.

Sob o nº 000401/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha - valor de R\$ 1.382,53 - para pagamento de Intergrasus II.

#### **Ao conhecimento da Casa.**

## ***Proposta de Emenda***

### **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar acrescido dos incisos XXIV, XXV e com a seguinte redação:

“ XXIV - Fica vedada a investidura para as cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade até o 3º grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência:

a) de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa;

b) de Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, na administração direta e indireta;

d) de Magistrados e membros, no âmbito do Poder Judiciário;

d) dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual;

e) do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Municipal e na administração direta e indireta;

f) dos Vereadores, no âmbito da Câmara Legislativa Municipal; e

g) do Presidente, Vice-Presidente, Diretores-Gerais, Conselheiros ou titulares de cargos equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação ou instituição mantida pelo Poder Público Estadual ou Municipal, empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

XXV - Os titulares com prerrogativa de nomeação, e exoneração, em no máximo de 180 (cento e oitenta) dias, procederão a exoneração dos atuais ocupantes dos cargos de que trata o inciso XXIV e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”.

XXVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas e investidura para cargos em comissão de servidores ocupantes de emprego ou cargo efetivo admitidos por concurso público, ou de qualquer outra pessoa, observando-se a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado à pessoa geradora de incompatibilidade.”

Art. 2º O parágrafo 3º do artigo 27 passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A não observância do disposto nos incisos II, III, IV, VIII, IX, XXII, XXIV, XXV e XXVI deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.”

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(aa) TADEU VENERI, CIDA BORGHETTI, ROSANE FERREIRA, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, GERALDO CARTÁRIO, DOUGLAS FABRÍCIO, NEY LEPREVOST, DUÍLIO GENARI, STEPHANES JÚNIOR, ANTONIO BELINATI, RENI PEREIRA, PLAUTO MIRÓ, CHICO NOROESTE, EDSON STRAPASSON, PASTOR EDSON PRACZYK, EDGAR BUENO e VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

O nepotismo sempre se constituiu em condenável e vem merecendo da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate no sentido de erradicá-la de nosso meio, a bem do interesse público na administração do estado.

A cada dia se avolumam as denúncias de nomeações de parentes para ocupar cargos públicos.

Em todos os Poderes, a nomeação de parentes parecer ser uma prática aceitável, e progressivamente quer incorporar-se à cultura política da sociedade.

Os princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, quais sejam, a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência não são respeitados quando se nomeia alguém da família apenas para fortalecer o orçamento familiar e o patrimônio próprio.

O Legislativo Estadual do Paraná pode dar um exemplo para o Brasil inteiro de combate aos desvios na administração pública.

É preciso que seja tratado como público aquilo que público é pela sua natureza.

O princípio da supremacia do interesse público deve prevalecer sobre os interesses individuais.

Sobre a constitucionalidade das normas é sempre salutar citar o constitucionalista pátrio Paulo Bonavides.

*As constituições existem para o homem e não para o estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: ‘A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos’.*

*O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.*

*É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entedem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da mesma lei, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Págs. 269-270.*

A especificação de parentes consanguíneos, por afinidade e civis, está de acordo com o disposto nos artigos 330, 331, 333, 334, 335 e 336 do novo Código Civil Brasileiro.

Os consanguíneos dizem respeito àqueles cujo vínculo é biológico; os por afinidade são os parentes de cada cônjuge ou companheiro (a); o civil é o existente entre adotante e adotado.

É preciso ir ao espírito do projeto de emenda constitucional para compreendermos a sua importância para a administração pública paranaense e para todos os paranaenses.

O texto da presente proposição reproduz o relatório apresentado pela Comissão Especial que analisou a PEC nº 040/05, mantendo-se, todavia, a redação inicial que vedava a nomeação de parentes até 3º grau na linha colateral.

## Designação

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sra. Deputada Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis no X Encontro da ABEL - Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, a ser realizado no período compreendido entre os dias 26 a 29 de setembro de 2007, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI  
LUCIANA RAFAGNIN

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 11 do mês corrente, por motivo de viagem.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

### REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 15 dias para tratamento de saúde, conforme atestado médico, de acordo com o disposto no artigo 65, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) NEREU MOURA

### REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 653/07, que declara de utilidade pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro no município de Morretes, por existir a Lei nº 13110, de 16 de janeiro de 2001.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei

nº 500/07, de 09 de julho de 2007, de nossa autoria, sobre o ferry-boat na travessia da baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos requerendo o arquivamento do Projeto de Lei nº 500/07, sobre ferry-boat na travessia da baía de Guaratuba, em virtude de o Poder Executivo já ter efetivado a licitação para concorrência da renovação do contrato por meio de Edital nº 002/07, do Departamento de Estradas de Rodagem.

### REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após aprovação do douto Plenário, REQUER a desanexação do Projeto de Lei nº 235/07 dos Projetos de Lei nºs 134/07 e 196/07, bem como seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ROSANE FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Vereador Ady Zacarkin, no município de Paranavaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 55 anos de idade faleceu o Vereador Ady Zacarkin. Ady da Ambulância, como era conhecido, estava no seu 3º mandato como Vereador de Paranavaí e notabilizava suas ações nas áreas de saúde e assistência social.

Deixou viúva a Sra. Iraci Aparecida Marucci Zacarkin, deixou ainda os filhos Fernando Marucci Zacarkin, Fernanda Graziella Marucci Zacarkin e Ana Beatriz Marucci Zacarkin.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Ady Zacarkin, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Zacarkin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Georges Aníz El Khoury, líder político e empresário no ramo imobiliário, falecido na cidade de Maringá, na última sexta-feira, com 71 anos de idade.

Georges era Cidadão Benemérito de Maringá e Cidadão Honorário do Paraná, pois era nascido na cidade de Jerusalém, em Israel, no dia 20 de fevereiro de 1936.

Ele foi encontrado morto na casa em que vivia, no cento de Maringá, vítima de um ataque fulminante do coração. Era casado com Nilza Moreira Khoury, com quem teve 3 filhos: George, Marcelo e Rodrigo.

Foi um dos fundadores do Grêmio de Esportes de Maringá, Lions Clube Cidade Verde, Maringá Clube, Country Clube, Vale Azul, Clube Olímpico e Clube Hípico. Também foi Secretário da Fazenda de Maringá e foi Conselheiro da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado; Sr. Rogério Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes e o Sr. Moacyr José de Oliveira, Prefeito Municipal de Paiçandu, pela duplicação da rodovia PR-323, no perímetro urbano do município de Paiçandu.

Salienta-se ainda, que a duplicação da PR-323 irá trazer enormes benefícios a todos os moradores de Paiçandu e aos demais municípios que compõem a região de Maringá.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Mateus do Sul, pela comemoração, no próximo dia 21 de setembro/07, de seus 99 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Luiz Ulbrich, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Anilton Mayer, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços à população de São Mateus do Sul, que estará comemorando, no próximo dia 21 de setembro/07, seus 99 anos de emancipação político-administrativo.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas do município e com o povo em geral, pelo transcurso da significativa data.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população de São Mateus do Sul, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e de toda a população de São Mateus do Sul, no transcurso de seus 99 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 2700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Luiziana, pelo transcurso do seu 20º aniversário de emancipação política, no próximo dia 25 de setembro/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Cláudio Pol, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Mauro Alberto Slongo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Luiziana.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Luiziana estará, no próximo dia 25 de setembro/07, comemorando o transcurso do 20º aniversário de emancipação política do município e, temos certeza, com grandes festividades.

Portanto, nesta data tão especial, queremos através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, dão sua parcela de contribuição para o engrandecimento do município e o bem-estar do seu povo.

As conquistas alcançadas pelo município, em parceria com o Governo Estadual, dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se chegarão aos objetivos propostos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e de toda a população de Luiziana, no transcurso dos 20 anos de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Juíza Lídia Maejima, pela sua designação para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A ilustre Juíza foi nomeada no último dia 31 de agosto. Lídia Maejima é londrinense, ocupava o cargo de Juíza Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Londrina, tendo sido designada para a vaga do Desembargador Antonio Domingos Ramina, que deixou o cargo por aposentadoria.

Lídia Maejima é a primeira nikkei a assumir o cargo de Desembargadora no Paraná e sua nomeação coroa uma carreira de magistrado marcada por posições firmes em defesa da legalidade e da justiça social e pelo pioneirismo, pois, ela foi também a primeira nikkei a ser eleita Diretora do Fórum da Comarca de Londrina e primeira mulher a presidir o Tribunal do Juri, também na comarca de Londrina.

Essa é a grande recompensa de uma mulher extraordinária que possui anos de carreira da magistratura.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2708

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a todos os Srs. Senadores e aos Srs. Deputados Federais do Estado do Paraná em Brasília, no sentido de estudarem a possibilidade de votar contra o projeto que determina a prorrogação da CPMF.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Ribas Carli Filho, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Luiz Malucelli, Ademar Traiano, Cida Borghetti, Elio Rusch, Jocelito Canto, Douglas Fabrício, Beti Pavin, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Edgar Bueno, Osmar Bertoldi, Teruo Kato, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Geraldo Cartário e Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil tem várias esferas da administração pública, projetos, decretos, leis e ações aguardando decisões. É o caso da prorrogação da CPMF.

Todas as dificuldades estão empurrando o contribuinte para a falta de rentabilidade.

E para garantir a existência de processos capazes de ocasionar as desigualdades é que pretendemos acompanhar toda a população paranaense contra a prorrogação da CPMF.

Temos certeza que nossos Senadores e Deputados Federais paranaenses estudarão com muito carinho o voto contrário à alta tributária da CPMF, pretendida pelo Governo Federal.

A maior ou menor intensidade do parque industrial e comercial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso.

E para garantir a existência de processos capazes de ocasionar as desigualdades é que pretendemos acompanhar toda a população paranaense, contra a prorrogação da CPMF.

Nestes dias será votada a prorrogação da CPMF. Uma olhada superficial nos meios de comunicação mostra que essa renovação vem sendo objeto de uma intensa campanha contrária, à qual também se acrescentam correntes na internet, mostrando a indignação do cidadão comum e não apenas a dos especialistas que têm acesso às colunas dos jornais. Parceria que brevar a renovação do imposto seria “a virada na luta contra o peso excessivo do estado”, “contra a sufocante carga tributária” a outras afirmações nesse sentido.

Existem razões teóricas para criticar a CPMF, como por exemplo sua característica de imposto em cascata, além de que poderia levar a uma ‘desfinanceirização’ (as pessoas fariam transações à vista para não pagar o imposto) etc. Todavia, entendemos que a oposição à CPMF não decorre desses motivos técnicos mais ou menos obscuros, explicando-se muito mais pelos seus méritos do que por seus defeitos.

Vejamos quanto representa a CPMF no bolso de um cidadão de classe média. Para alguém que ganha R\$ 4 mil líquidos, a CPMF representa pouco mais de R\$ 15 mensais. Se a família dessa mesma pessoa comprar uma garrafa de refrigerante PET de 2 litros (ou das latinhas) por dia, estará pagando praticamente a mesma quantia de ICMS nessa bebida cada mês. Mas por que não recebemos correntes indignadas de nossos amigos, ou por que não lemos na imprensa propostas como “Acabemos com o ICMS dos refrigerantes”, “Liberdade para nossas refeições” ou “Cansei de ser taxado à mesa”? Esse mesmo raciocínio poderia se aplicar a outros casos: por que não exigir reduções em outras alíquotas do ICMS ou do IPI? Por que não defender uma elevação nos descontos do IR, ou uma redução nas contribuições à previdência?

Para explicar essa indignação, talvez uma boa dica seja ver como funciona a CPMF. Uma característica básica dela é sua universalidade: qualquer usuário do sistema bancário é taxado na mesma proporção, seja empresário, artista, professor, favelado ou camelô. Dado que a alíquota é a mesma para qualquer cidadão, talvez o normal seria que os pobres se rebelassem, pedindo

isenções, ou questionando por que eles têm que pagar a mesma percentagem que os ricos quando retiram seu salário do banco. Mas o que temos visto é exatamente o oposto: a classe média e os empresários são os que mais fortemente têm reclamado do imposto.

Fazendo uma simplificação, podemos dividir os cidadãos brasileiros em dois grandes grupos: os trouxas que pagam todos seus impostos, e os espertos que dão um jeito através da evasão e da elisão impositivas. No primeiro grupo tipicamente estão os assalariados, dos setores privados e público, que não têm como fugir das retenções de seus salários, dos impostos pagos na compra do supermercado etc. No segundo está uma parcela daqueles que podem optar por recolher seus impostos ou não (empresários, autônomos, firmas) e que escolhem o segundo caminho, algo que não está ao alcance do assalariado - claro que há muitíssimos empresários, profissionais etc, que pagam todos os seus impostos regularmente, mas não são todos. A CPMF tem esse inegável mérito de atingir por igual espertos e trouxas. Por isso, entendemos que especialmente os assalariados de classe média, ao pedirem o fim da CPMF, estão embarcando numa luta cujos maiores beneficiados certamente não seriam eles.

Pode-se afirmar, por outro lado, que a sociedade tem demandado que o setor público mantenha seus programas sociais bem sucedidos, forneça serviços de educação e saúde de melhor qualidade e retorne seus investimentos em infra-estrutura. Para conseguir recursos para isso, o Governo precisaria ora aumentar sua arrecadação, ora reduzir suas outras despesas. Claro que a qualidade dos gastos públicos pode ser muito melhorada, mas essa mudança necessariamente será lenta, e por isso a população teme que a saída seja um aumento na carga impositiva, e vibra instintivamente ante a possibilidade de eliminar algum imposto. Todavia, um olhar atento às informações de arrecadação mostra que a receita do Governo tem aumentado mês a mês.

Esse crescimento, maior que o da economia como um todo, não decorre, porém, do aumento da carga tributária (dado que ela não muda todos os meses), mas do aumento da eficiência na arrecadação. Isso mostra que há espaço para viabilizar as exigências da sociedade quanto ao papel do estado sem alterar o volume dos impostos que se deveria pagar (cujo total, sem dúvida, é muito alto), mas mexendo no quanto efetivamente se paga, muito abaixo do que se deveria. Dado que a evasão e a elisão fiscais estão muito mais ao alcance dos mais ricos do que dos pobres, que não têm muitos meios de fugir dos seus impostos, aumentos na eficiência na arrecadação certamente atingem proporcionalmente mais os setores de maiores recursos.

Por isso, acreditamos que a luta daqueles que se mostram preocupados com a carga tributária deveria se concentrar em apoiar medidas que aumentem a eficiência da arrecadação. Isto representaria maior justiça social e

permitiria discutir em bases mais realistas qualquer redução da carga tributária.

Temos certeza que nossos Senadores e Deputados Federais paranaenses estudarão, com muito carinho, o voto contrário à alta tributária da CPMF pretendida pelo Governo Federal.

#### REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente à Exa. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que a mesma faça uso do Grande Expediente desta Casa na Sessão Plenária do dia 02 de outubro de 2007, explicando sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

O convite ora requerido se justifica, uma vez que a Ministra Marina Silva confirmou sua vinda ao nosso estado. Sendo assim, a Assembléia Legislativa terá uma oportunidade ímpar de ficar a par das ações e programas ambientais do Brasil. E com isso, a Assembléia Legislativa ganhará qualidade na discussão e elaboração de projetos acerca do tema.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a fim de solicitar esclarecimento se procede a informação do fechamento da comarca de São João do Triunfo, a qual tomei conhecimento, através de notícias locais, que está propenso a encerrar a atividade da mesma, e aproveitando solicito outras informações se existe situação semelhante em outras comarcas.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente:

Solicitamos ao Sr. Secretário do Planejamento, através do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, informações detalhadas quanto a projeção censitária realizada por esta instituição, e propagada pela imprensa, que mostra um completo equívoco, causando especulação imobiliária e criando expectativas aos municípios sobre o FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Porém, quando da pesquisa oficial realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o resultado é uma choradeira dos municípios, que questionam a contagem e solicitam uma nova pesquisa, pois, alegam haver erros e com isso o município perde recursos, refletindo em prejuízo financeiros e na desvalorização da



própria instituição (IBGE). Um exemplo desse “engano” é a projeção realizada para o município de Fazenda Rio Grande para o ano de 2007, que estimava uma população de aproximadamente 121 mil 567 habitantes, quando na verdade, a população está na casa de 71 mil 366.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando que seja avaliada a viabilidade de um adicional referente à tabela de vencimentos dos professores da rede pública estadual, ao concluírem o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), passando da Classe 11 do Nível II para a Classe 1 do Nível III, conforme a Política de Formação Continuada e Valorização dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O atual plano de carreira do professor da rede estadual de educação básica do Paraná, elaborado pela Secretaria Estadual da Educação em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, muito contribui com o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do professor através de remuneração digna e, por consequência, com a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do estado. Incentivos que se caracterizam como um avanço para o ensino público paranaense e para os profissionais que, ao longo da vida, se dedicam exclusivamente à carreira docente.

Por esse motivo, sugiro ao Governo do Estado estudar a viabilidade de um aumento na remuneração salarial através de um adicional para os docentes que estão na última fase do Nível II, quando concluem o PDE e ficam aptos a passar para a Classe 1 do Nível III de acordo com tabela de vencimentos dos professores com jornada de trabalho de 20 horas.

Esse adicional poderia ser o equivalente ao estipulado pelo plano de carreira das universidades públicas ao professor com título de especialização, que recebe 15% de aumento sobre o vencimento.

O professor que se encontra no Nível II - Classe 11, que também tem formação de especialista, com salário de R\$ 1.227,27, passa para o nível III - Classe 1 - com um salário de R\$ 1.288,64. Um aumento de R\$ 61,37, o que representa 5% a mais. Nessa fase são atendidos diretamente 1.200 professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), conforme o Plano de Carreira dos Professores do Paraná.

Sendo essa uma fase de transição importante para o profissional da educação, pede-se que o Governo do

Estado avalie a viabilidade do adicional, sem que seja preciso neste momento, alterar o plano de carreira.

Uma medida que dará aos professores que concluem os cursos relacionados pela Secretaria da Educação do Paraná um novo estímulo. Sabe-se que a qualificação profissional serve de base para o avanço e melhoria da qualidade no ensino público brasileiro.

Assim como em outros setores, a progressão da carreira de professores de universidades públicas têm o chamado mérito acadêmico. Quando graduados com um título de mestre ou de doutor, recebem uma remuneração denominada de Adicional Titulação que varia de 45% a 75%, referente ao salário inicial, respeitando as classes e os níveis de promoções durante a carreira acadêmica.

Reforço que esse adicional para os professores de escolas estaduais não deve onerar muito a folha de pagamento do estado, já que os aumentos são efetuados de forma gradual de acordo com grade de salários seguidos dos níveis e classes previstos na legislação.

### *Projeto de Resolução*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Fica criado junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS, órgão coordenado e subordinado à Mesa Executiva, para o fim precípua de assessoramento e consultoria jurídico legislativa.

Art. 2º Compete ao COPELEGIS, dentre outras atribuições determinadas pela Presidência:

I - subsidiar a Presidência na análise da admissibilidade de proposições apresentadas à Mesa Executiva;

II - por determinação, coordenar o assessoramento técnico jurídico legislativo e administrativo de Comissões Temporárias e de Audiências Públicas;

III - prestar assessoramento técnico jurídico e administrativo para a realização da Consolidação das Leis do Paraná;

IV - prestar, quando solicitado, assessoramento jurídico às ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo;

V - apoiar na realização de auditorias, quando determinadas pela Presidência;

VI - prestar assessoramento técnico jurídico legislativo a requerimento de Comissões Permanentes;

VII - elaborar proposições legislativas, relatórios e pareceres de interesse dos Srs. Deputados, Comissões Permanentes ou Temporárias.

Parágrafo Único. Os pareceres jurídicos, os relatórios produzidos e demais atividades desenvolvidas pelos Consultores do COPELEGIS, serão gravadas com cláusula do sigilo, sendo sua divulgação permitida somente ao Presidente da Mesa Executiva.

Art. 3º O COPELEGIS terá a seguinte estrutura:

I - Coordenadoria Geral, representada por um Coordenador Geral, de livre escolha do Presidente da Mesa Executiva, com conhecimentos jurídicos, a quem compete: gerenciar a execução de todas as ações determinadas, coordenando as atividades das coordenadorias adjuntas instituídas por essa resolução;

II - Coordenadoria Adjunta de Consultoria Jurídica, representada por um Coordenador Adjunto, a quem compete: executar, organizar, controlar e distribuir dentre os Consultores os trabalhos jurídicos a serem realizados, após determinação e supervisão da Coordenadoria Geral;

III - Coordenadoria Adjunta da Consolidação das Leis do Estado do Paraná, representada por um Coordenador Adjunto, a quem compete: coordenar o assessoramento técnico administrativo aos trabalhos da Comissão Parlamentar Especial de Consolidação das Leis;

IV - Coordenadoria Adjunta da Assessoramento às Comissões Temporárias e Audiências Públicas, representada por um Coordenador Adjunto, a quem compete: prestar assessoramento técnico, jurídico, legislativo e administrativo às Comissões Temporárias e Audiências Públicas realizadas pela Assembléia Legislativa;

V - Coordenadoria Adjunta de Elaboração de Proposições Legislativas, representada por um Coordenador Adjunto, a quem compete coordenar os trabalhos dos Consultores do COPELEGIS de elaboração de minutas de:

- a. Propostas de Emendas Constitucionais;
- b. Projetos de Leis Complementares;
- c. Projetos de Leis Ordinárias;
- d. Projetos de Decretos Legislativos;
- e. Projetos de Resoluções;
- f. Projetos de Resoluções solicitando Delegação Legislativa (Leis Delegadas);
- g. Relatórios, excetuados os das Comissões Temporárias;
- h. Requerimentos;
- i. Emendas;
- j. Iniciativas Populares;
- k. Indicações Legislativas;
- l. Moções.

VI - Coordenadoria Adjunta de Documentação e Informação Legislativa, representada por um Coordenador Adjunto, a quem compete: coordenar a realização de estudos e pesquisas de temas previamente determinados, a requerimentos dos Deputados, Comissão Permanente ou Temporária, devendo ainda:

- a. Constituir e manter atualizado o acervo documental da Assembléia, compatível com as necessidades legislativas deste Poder;
- b. Dar apoio e assessoramento a todas as ações da Coordenadoria das Consolidações das Leis do Paraná;
- c. Realizar estudos e pesquisas para o assessoramento das ações das Coordenadorias descritas neste artigo;

d. Prestar serviços a pesquisa documental e de informação;

e. Manter permanente vinculação ao sistema digital de pesquisa do Centro de Documentação e Informação do Congresso Nacional;

f. Servir-se do Sistema Interlegis do Senado Federal para intercâmbio e capacitação de informação legislativa.

Art. 4º Os servidores designados a prestarem serviços junto às Coordenadorias Adjuntas, na medida do possível, deverão ser integrantes do Quadro Próprio da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único. Todos os servidores designados a prestarem serviços no COPELEGIS, obrigatoriamente deverão comprovar grau de escolaridade superior, excetuados os designados a prestarem serviços administrativos.

Art. 5º Fica a Mesa Executiva autorizada a remanejar através de ato próprio, cargos de provimento em comissão afetos a outros órgãos da Assembléia.

Art. 6º Fica a Mesa Executiva autorizada a regulamentar o funcionamento do COPELEGIS através de ato próprio.

Art. 7º As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 8º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A implantação do COPELEGIS visa o aprimoramento dos trabalhos do Poder Legislativo, em face de exigências do cumprimento histórico que tem este Poder com a sociedade paranaense.

As respostas que este Poder necessita dar a sociedade se tornam cada vez mais complexas, exigindo estruturas e capacitação de recursos humanos mais eficientes e condizentes com os desafios dos tempos em que vivemos.

O COPELEGIS atuará no assessoramento da elaboração de anteprojeto de lei, pesquisas sobre assuntos específicos do interesse deste Poder, como, o imperativo constitucional de consolidar as leis do nosso estado.

A Comissão Executiva dará prioridade ao aproveitamento dos recursos humanos existentes, buscando na medida do interesse público, reciclar e preparar os nossos servidores para o desempenho das novas tarefas.

Sem dúvida, o que se propõe é mais um passo do Poder Legislativo na modernização de suas estruturas, para bem cumprir com o seu mandamento constitucional.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 662/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão, iniciou as atividades em 1987, há 20 anos, portanto, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da sociedade paranaense, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento social e religioso e geral.

Trata-se de uma entidade que tem por finalidade, entre outras, a promoção da evangelização, com objetivo específico o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades através de vários programas, entre eles: sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, promoção dos direitos da criança e do adolescente, redução da violência familiar e comunitária, geração de renda, para a auto-sustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica, alfabetização de jovens e adultos, documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil, e ainda, pesquisa nas áreas de referência programática.

Com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 02.702.406/0001-41, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 663/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Luiz Donaduzzi, fundador e sócio-proprietário da Indústria de Medicamentos, Prati Donaduzzi & Cia. Ltda., com sede na cidade de Toledo, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

LIDERANÇA DO PP - PARTIDO PROGRESSISTA  
Ofício PP 14/07

Curitiba, 11 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, solicitar seus valiosos préstimos no sentido de incluir na quota de projetos de lei de Cidadania Honorária e Benemerita do Gabinete da Liderança do PP - PARTIDO PROGRESSISTA, o projeto de lei de autoria do Deputado que o presente subcreve, o qual concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Donaduzzi.

Sendo o que se apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PP - Partido Progressista

### JUSTIFICATIVA:

Luiz Donaduzzi é o primeiro de seis filhos do casal Aldemar e Jenny Donaduzzi (*in memoriam*). Nascido em 22 de janeiro de 1955, é natural de Jaguari, no estado do Rio Grande do Sul.

A trajetória escolar do ensino fundamental e médio foi realizada no Paraná, em Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, respectivamente. Em 28 de dezembro de 1976 casou-se com a Sra. Carmem Dieterich, na cidade de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul.

Aos 24 anos graduou-se em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Após ter obtido título de mestre e sempre em busca de novos desafios, obteve uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para cursar doutorado na França. Em 1983, Luiz Donaduzzi e Carmen Donaduzzi mudaram-se para a cidade de Nancy, na França, onde especializaram-se na área de formação. Em 1988, aos 33 anos, obteve o título de Doutor em Biotecnologia e Indústrias alimentares pelo Instituto Nacional Politécnico de Lorraine de Nancy. Neste mesmo ano retornou ao Brasil, juntamente com sua família, onde trabalhou como pesquisador da área de Biotecnologia no Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, na cidade de Recife, onde permaneceu até 1989.

Assumiu o cargo de Diretor técnico do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco em 1989. Um ano depois, em conjunto com familiares, iniciou as atividades de uma pequena fábrica de medicamentos em Recife, na capital pernambucana. Em meados do ano de 1993, retornou ao Sul do Brasil e fixou residência no município de Toledo - Paraná, onde instalou a indústria de medicamentos, que iniciou atividades em 1º de dezembro de 1993, então com a denominação de Laboratório Fármaco Indústria Farmacêutica, cuja razão social desde abril de 2003 é Patri, Donaduzzi & Cia. Ltda.

## PERFIL DE EMPREENDEDOR

Desde jovem, Luiz Donaduzzi já apresentava traços característicos do perfil de um empreendedor, os quais mantém até hoje. Estudioso, dedicado, sonhador e acima de tudo muito trabalhador, lutou incansavelmente para conquistar seus sonhos.

Um de seus traços marcantes é a austeridade, presente em toda a sua trajetória de conquistas. Sempre demonstrou e exigiu muita disciplina em suas atividades e na superação dos obstáculos que enfrentou.

Determinação e energia são outras características marcantes de sua personalidade, que possibilitaram uma ascensão profissional e empresarial rápida, consistente e constante. Todas as pessoas que convivem com Luiz Donaduzzi sabem da tenacidade com que trabalha, inclusive em finais de semana.

De raciocínio muito rápido e percepção aguçada, Luiz Donaduzzi costuma identificar facilmente novas oportunidades de negócio, característica esta que possibilitou a criação de quatro empresas que hoje compõem o Grupo Prati Donaduzzi, todas localizadas em Toledo.

- Prati, Donaduzzi & Cia. Ltda;
- CentralPack Embalagens Ltda;
- Biocinese - Centro de Estudos Biofarmacêuticos Ltda;
- Vinhedo Distribuidora de Insumos e Produtos Farmacêuticos Ltda.

Juntas, geram mais de 2 mil empregos diretos e aproximadamente 250 empregos indiretos. Em 2006, o faturamento bruto do grupo foi de R\$ 182,6 milhões.

Atividades do Grupo:

Produção de medicamentos genéricos e similares; produção de caixa e cartonagens de papelão; frascos plásticos para medicamentos; estudos de bioequivalência, e; distribuição.

Principal Empresa do Grupo:

Prati, Donaduzzi & Cia. Ltda.

Principal Atividade:

Produção de medicamentos genéricos e similares.

Área Total Construída:

25.174,50m<sup>2</sup>

Prati, Donaduzzi & Cia. Ltda.

Primeira empresa a compor o grupo, a Prati, Donaduzzi foi construída com o apoio da Prefeitura Municipal de Toledo, que doou alguns terrenos, e do Governo do Estado do Paraná, através do programa Paraná Bom Emprego. Foi fundada em 1º de dezembro de 1993, levando inicialmente o nome de Fármaco Indústria Farmacêutica Ltda.

No princípio era uma pequena fábrica, com apenas 10 funcionários e 5 máquinas. Iniciou suas atividades com a produção de medicamentos na área hospitalar, tendo seu primeiro medicamento, Ampicilina 250 mg, cápsulas, registrado em junho de 1996.

Com uma visão aguçada para as novas oportunidades de mercado que estavam surgindo no Brasil, foi a partir da lei de liberação para a fabricação de

medicamentos genéricos, Lei nº 9787, de 10 de fevereiro de 1999, que a empresa expandiu-se, aproveitando as oportunidades surgidas neste novo mercado, de medicamentos genéricos, que se mostrava tão promissor. O primeiro medicamento genérico fabricado pela empresa, Dipirona solução oral e comprimido, foi registrado em janeiro de 2001.

Atualmente, a Prati, Donaduzzi está entre as maiores produtoras de medicamentos genéricos do Brasil e é a maior da região sul do país. Gera aproximadamente 2 mil empregos diretos. A indústria conta com mais de 450 apresentações de medicamentos genéricos registrados e tem como clientes, farmácias, hospitais e órgãos públicos. Está presente, no seu segmento, em todos os estados brasileiros e é reconhecida no país pela fabricação de produtos com qualidade e confiabilidade.

Atualmente comercializa 100 medicamentos entre genéricos, similares e específicos, somando um total de 220 apresentações. O departamento de pesquisa e desenvolvimento do laboratório é responsável pelo lançamento de 30 itens ao ano. A capacidade média de produção é de 220 mil/unidades dia.

A empresa efetivou sua primeira exportação no mês de novembro de 2006, para El Salvador, na América Central. O início das exportações permite equilibrar a balança comercial entre os produtos importados pela empresa e os exportados.

Vários medicamentos estão em fase de registro junto à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para exportação para o Panamá, Paraguai e Uruguai. Além disso, existem negociações com outros mercados, como, Peru, Portugal e África.

Em 7 de novembro de 2000, a empresa construiu um moderno laboratório de estudos de equivalência farmacêutica, que assegura a qualidade, confiabilidade, segurança e eficácia dos medicamentos genéricos produzidos. No Brasil, foi o 3º laboratório privado autorizado a realizar o estudo de equivalência farmacêutica e o primeiro do Paraná.

Ainda hoje, esse tipo de estudo é novidade no país já que, além de muito dispendioso, poucos laboratórios são habilitados a efetuar-lo. No centro são realizados ensaios de equivalência farmacêutica de medicamentos de formas farmacêuticas sólidas, semi-sólidas e líquidas.

Atualmente, o laboratório ocupa posição de destaque em volume de produção e principalmente em número de clientes atendidos, são mais de 30 mil em todo o país. A comprovação de um trabalho realizado com qualidade possibilitou a criação do Programa de Terceirização Produtiva. A terceirização da produção de medicamentos é uma prática reconhecida e validada por vários laboratórios.

A empresa tem como missão “prover saúde e bem estar através de produtos farmacêuticos de alta qualidade e confiabilidade” e visão “ser reconhecida como marca de referência, através da busca constante e obstinada inovação, excelência operacional, relacio-

namento de confiança e resultados sustentáveis para sócios, colaboradores, clientes e comunidade”.

Em 13 anos de história e pautada por valores de ética, a Prati, Donaduzzi orgulha-se em ser reconhecida como um dos laboratórios mais importantes do país.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sob a liderança e comando de Luiz Donaduzzi, uma das grandes preocupações da Prati, Donaduzzi é ajudar a desenvolver a comunidade, seus indivíduos, na busca de uma sociedade melhor. O nosso compromisso social tem como objetivo auxiliar na formação de cidadãos mais conscientes de suas responsabilidades. Nesse sentido, a empresa desenvolve diversos projetos com compromisso social.

**Creche - Centro Municipal de Educação Infantil Jenny Donaduzzi**

Para atender os filhos dos colaboradores e de moradores próximos à empresa, o Grupo Prati, Donaduzzi em parceria com outra empresa privada e com a Prefeitura Municipal de Toledo, construiu o Centro Municipal de Educação Infantil Jenny Donaduzzi, que atende 450 crianças em tempo integral (24hs)

A preocupação com o bem estar dos colaboradores, de seus familiares e da comunidade faz parte dos valores e do planejamento estratégico da empresa.

#### Academia da Terceira Idade

O Grupo Prati, Donaduzzi é parceiro do projeto Academia da Terceira Idade da Prefeitura de Toledo. O projeto é desenvolvido atualmente no Parque Ecológico Diva Paim Barth, que é usado diariamente para prática de exercícios físicos. No local foi instalada uma academia ao ar livre que pode ser utilizada gratuitamente por pessoas da terceira idade acompanhadas de um instrutor. Os equipamentos da academia, 10 tipos de aparelhos de ginástica, foram doados pela Prati, Donaduzzi.

O Grupo Prati, Donaduzzi acredita e investe em projetos para trazer mais saúde e também entretenimento para a população toledana.

#### Patrocínio aos esportes

Assim como a saúde, o esporte também é um dos focos sociais da Prati, Donaduzzi. O futsal vêm se destacando como esporte profissional por todo o país. Em 2007 o Grupo Prati, Donaduzzi investiu no patrocínio do time de futsal de Toledo que disputará, neste ano, o Campeonato Chave Ouro, que é o de maior prestígio na categoria.

#### Projeto Inclusão Digital

O desenvolvimento de projetos internos com a participação de funcionários em ações sociais voluntárias é um dos focos do grupo Prati, Donaduzzi, na responsabilidade social.

O Projeto Inclusão Digital proporciona oportunidade de acesso à tecnologia da informação para todos os colaboradores da empresa e também para a comunidade. São cursos de abordagem operacional sobre as principais ferramenta de informática, inclusive Internet. Os cursos são realizados na empresa, durante a noite, quando quase

todos os computadores estão disponíveis, e os professores são colaboradores voluntários capacitados de diversas áreas.

#### Projeto Gestação Segura

Visa o acompanhamento de colaboradores durante o período gestacional. São realizados encontros que proporcionam orientação a respeito dos cuidados com a saúde da mãe e do bebê, além do acompanhamento médico durante a gravidez. O principal objetivo é acompanhar, orientar e ao mesmo tempo fornecer suporte de apoio a gestante, para que consiga conciliar trabalho e gestação.

#### Casas Populares

A Prati, Donaduzzi participa do programa de casas populares para funcionários, como recurso facilitador, através do cadastramento de colaboradores. O auxílio compreende atenção à parte burocrática, a fim de reunir a documentação necessária e, sobretudo, solicitar aos órgãos competentes residências no conjunto habitacional proposto. Todo colaborador que preenche os requisitos mínimos exigidos pelo programa está apto a participar.

#### Orçamento Familiar

O projeto almeja orientar, acompanhar e trabalhar com os colaboradores no sentido de estudar e conhecer a família, assim como suas relações, tendo como foco principal o orçamento familiar para a construção de planos bem estruturados para o futuro. O grande desafio do programa é estabelecer aos participantes as orientações necessárias para criar a estabilidade das finanças no presente para garantir um futuro promissor.

#### Coral Prati, Donaduzzi

Criado em 04 de abril de 2005, o Coral da Prati, Donaduzzi segue as novas tendências da moderna gestão empresarial e propõe a oportunidade de se fazer música dentro da empresa. O coral é uma forma de envolver, integrar os colaboradores e proporcionar momentos de descontração, lazer e entretenimento.

**SERPRATI - Sociedade Esportiva e Recreativa Prati Donaduzzi**

A SERPRATI é uma associação de colaboradores que tem por objetivo fundamental proporcionar aos seus associados reuniões de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico, além de incentivar a prática dos desportos em geral. Além disso, convênios com empresas da região também são benefícios que a associação pretende oferecer aos sócios.

#### Geração de Empregos Inteligentes

Dentre os vários programas de incentivo à responsabilidade social praticados pela Prati, Donaduzzi, há o de geração de empregos. Com um programa de recrutamento constante e um criterioso processo de seleção de pessoas, a empresa valoriza os melhores profissionais de cada área. A geração de novos empregos é uma forma de contribuir com a melhoria da qualidade de vida do cidadão e da comunidade em que está inserido.

Em 2006, a empresa gerou cerca de 990 novos empregos para as mais variadas funções, desde atividades

operacionais até cargos de diretoria. Devido a diversificação das atividades do grupo, só nos últimos dois meses de 2006 foram gerados 200 empregos.

Cerca de 10% do quadro funcional é formado por colaboradores que residem em cidades próximas a Toledo, entre elas, Assis Chateaubriand, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Ouro Verde, São Pedro do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira. As oportunidades de empregos geradas atraem pessoas de todas as partes do país que, além de aquecer a economia da região, tornam a cidade reconhecida como pólo de incentivo ao progresso.

#### Treinamentos

Para garantir expressividade nos setores em que atua, vários programas de aperfeiçoamento e treinamento contínuo são oferecidos aos funcionários. A Prati, Donaduzzi possui parceria com grandes universidades, viabilizando cursos de pós-graduação e mestrado. Além disso, cerca de 98 treinamentos foram realizados em 2006, para qualificar os colaboradores do grupo. O investimento em capital humano é a principal força responsável pelo crescimento da empresa.

#### Patrocínio de Eventos Sociais

Uma das preocupações do grupo Prati Donaduzzi é apoiar eventos sociais que beneficiem a sociedade toledana.

Nesse sentido, em 2006 a Prati, Donaduzzi foi o patrocinador master do Show do Juca Chaves e da escolha da Miss Toledo, ambos realizados no mês de dezembro, no teatro municipal da cidade.

Além disto, a empresa patrocinou a Meia Maratona de Toledo e a ExpoSaúde, realizada em Cascavel/PR.

A empresa entende que este é mais um dos modos pelos quais ela pode retribuir o apoio, acolhimento e reconhecimento que a cidade despendeu para a mesma.

#### Doações

Freqüentemente a empresa destina medicamentos para pessoas carentes e para algumas instituições, como Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar e para Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda (creche mantida pela Igreja Luterana), que comporta mais de 212 crianças e adolescentes, que realizam trabalhos artesanais, em Toledo.

#### RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Prati, Donaduzzi é uma empresa social e ambientalmente responsável. A empresa revela o respeito ao meio ambiente através de ações de preservação ambiental.

Uma das preocupações é com a destinação do material reciclável. Tanto na Prati, Donaduzzi Medicamentos quanto na CentralPack é feita a separação de papel, plástico, vidro e sucata. O material é recolhido por uma empresa que fará a correta destinação dos recicláveis.

A empresa possui junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) projetos de gerenciamentos de resíduos e tratamentos de efluentes. Os resíduos sólidos são encaminhados para uma empresa de São Paulo que fará a incineração. Já o tratamento de efluentes é realizado na Prati, Donaduzzi, desde 2005.

A implantação da ETEI - Estação de Tratamento de Efluentes Industriais é uma das formas utilizadas na preservação do meio ambiente. O sistema conta com dois reatores aerados em série, decantador, um filtro biológico do tipo wetland e sumidouro, além de um reator anaeróbico auxiliar, para tratamento de material flotado, com capacidade para tratar até 16m3 de efluente por dia.

Para atender a demanda de efluentes da Prati, Donaduzzi, dois tanques aerados de 10m3 são necessários, seguidos por um decantador com 10m2 de área e biofiltro wetland de 40m2. A área do sumidouro para realizar a infiltração de água no solo é de 144m2. Com uma deficiência em torno de 98%, a estação de efluentes libera um líquido clarificado com Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) inferior a 60mg/L, limite este estabelecido pelo órgãos ambientais oficiais.

O ar utilizado na área produtiva é captado através do filtro de captação EPA, que remove aproximadamente 99,7% das impurezas do ar, aprovando a qualidade e a preocupação com a higiene. Além disso, o ar expelido da indústria é filtrado com eficiência de cerca de 95%.

Luiz Donaduzzi é uma personalidade consciente, merecedor de nossos aplausos, agradecimentos e homenagens da Assembléia Legislativa com a outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná

#### PROJETO DE LEI Nº 664/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Asshaías Felipe Essuane.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O mineiro Asshaías Felipe Essuane, ou “Geraldo Felipe”, como é carinhosamente conhecido entre os seus, nascido em 28 de outubro de 1925, em São Sebastião do Paraíso, é um exemplo de empreendedor. Chegou ao Paraná em maio de 1948 e se instalou em Rolândia, onde começou a trabalhar como caixeiro (comerciário), profissão que já exercia em sua terra natal. Veio em busca de novas oportunidades para si e, sobretudo, para a sua família. “O Paraná foi a terra que Deus reservou para nós”, disse Geraldo a seu pai quando este foi pedir permissão para mudar-se para o Paraná. Geraldo veio com um sonho: trazer seus pais para o estado, o que aconteceu em 1950, quando ele já estava em Mandaguari. Em dezembro de 1951 a família finca raízes em Paranaíba, ainda um distrito com 1.300 residências, todas de madeira e sem energia elétrica. Um desafio.

Nesta cidade, estabeleceu-se no comércio de tecidos, confecções e armarinhos. Era a Casa das Fábricas. A sociedade local logo reconheceu em Geraldo um grande líder e o convidou para presidir o Atlético Clube de Paranavaí (ACP), o time de futebol da cidade.

Em 1955 foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, tendo sido um de seus diretores por 6 anos. Em 1958, vendeu seu estabelecimento e adquiriu o Líder Bar, tradicional ponto de encontro da sociedade local que logo se constituiu no mais importante restaurante, choperia e lanchonete da época de toda a região.

Anos depois, Geraldo vendeu este estabelecimento e traz para Paranavaí seus irmãos José, Rubens, Edson e Jaber, com os quais funda a Casa Felipe, do ramo de móveis e eletrodomésticos, que, depois de 38 anos, tornou-se uma das maiores redes de lojas de departamento do sul do país, chegando a ter 40 lojas, espalhadas pelo Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A rede foi vendida à rede Magazine Luiza.

Em 1993, mesmo estando com sua vida estabilizada, os filhos já criados, com 68 anos de idade e muita gente o aconselhando a parar de trabalhar, Geraldo Felipe deixa, mais uma vez, seu espírito empreendedor aflorar e inicia uma nova etapa da sua vida. Com o filho Paulo Cezar e os genros Fábio Pallazi e Mário Camargo, ele funda a Avícola Felipe S/A, que começa a operar em 1995, quando Geraldo já está com 70 anos. Foram muitos os obstáculos a serem vencidos, mas Geraldo nunca desistiu. E a credibilidade de seu nome foi fundamental para que o novo empreendimento prosperasse. É grato a muitas pessoas e autoridades pela ajuda que lhe deram, dentre os quais os ex-Presidentes desta Casa Aníbal Khury e Hermas Brandão e ao atual Presidente Nelson Justus.

O desafio de inserir uma nova alternativa para o setor rural, que tinha como tradição a cultura da mandioca e do café e a pecuária foi vencido e hoje são mais de 400 barracões de produção de frango, espalhados por 36 municípios, que abastecem a avícola. A empresa possui mais de 1.600 funcionários. Boa parte da mão-de-obra vem de cidades dessa região (16). A Avícola Felipe (produtora do Mister Frango) consegue a proeza de ser a maior empregadora de alguns municípios próximos a Paranavaí, mesmo não estando instalada lá. Estima-se que a empresa gere algo em torno de 3.500 empregos diretos. É a maior arrecadadora de impostos do município e contribui para o fortalecimento da economia nacional, já que boa parte de sua produção (quase 100 mil cabeças/dia) é exportada, trazendo divisas para o país.

O empreendimento de Geraldo Felipe transformou a economia regional e, mesmo a empresa estando consolidada, tem planos de expansão a curto prazo. “Precisamos gerar mais emprego para a nossa gente”, justifica este descendente de sírios e homem que, apesar de seu patrimônio, é de costumes simples e diariamente despacha de sua sala de Presidente da avícola. A receita do sucesso - ensina ele - é muito trabalho e perseverança.

Geraldo Felipe é um empreendedor consciente da Responsabilidade Social da Empresa, contribuindo, também, com todas as entidades assistenciais de Paranavaí, com a doação de frangos para a alimentação de pessoas de baixa renda. É igualmente um homem que vive a sua comunidade, sendo fundador do Harmonia Country Club, Tênia Clube de Paranavaí, Clube Campestre de Paranavaí e Sociedade Rural do Noroeste do Paraná.

Homem dedicado à família, Geraldo é casado desde 1954 com a Sra. Edith. Desta feliz e duradoura união nasceram Paulo Cezar, Sueli, Adma e Simone. Os filhos lhes deram 10 netos e duas bisnetas.

Cristão, Geraldo Felipe diz que o sucesso de um bom empreendimento só tem sentido, quando ajuda outras pessoas. E carrega consigo o sentimento do dever cumprido. Mas sempre quer fazer mais. É inquieto. Seu orgulho e seu maior prazer como empreendedor é andar pela empresa e constatar os muitos empregos que gera, garantindo o sustento de suas famílias.

Ante ao exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa ao projeto de lei que ora apresentamos para homenagear este paranaense de coração, que ao longo de sua vida, sempre esteve e está preocupado com o crescimento econômico e social do estado e de sua gente. Não se trata de uma mera homenagem. É, na verdade, o reconhecimento a um homem que orgulha a todos nós pelo seu espírito empreendedor e pela sua consciência social e comunitária.

PROJETO DE LEI Nº 665/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas portadoras de necessidade especial nos hospitais, unidades de saúde e demais estabelecimentos congêneres da rede pública e privada, no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º Os hospitais, unidades de saúde e demais estabelecimentos congêneres da rede pública e privada, deverão afixar, obrigatoriamente, cartazes contendo as informações previstas nesta lei, em local de boa visualização e em termos da fácil assimilação e entendimento.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo estabelecer regras, normas e procedimentos para um atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência mental nos hospitais, unidades de saúde e demais estabelecimentos

congêneres da rede pública e privada, no âmbito do estado do Paraná.

Cabe mencionar que, devido a sua deficiência, essas pessoas possuem diversas dificuldades em suas vidas e normalmente são agitadas, hiperativas e inquietas, sendo assim precisam de cuidados, quando muitas vezes somente sua residência é um lugar que atende a necessidade desse cuidado especial. Por isso, é necessária a conscientização de todos que trabalham na área da saúde conforme esta lei dispõe.

Os deficientes mentais também têm seus direitos e deveres como cidadãos paranaenses, mas como esses têm maior dificuldade de adaptação ao meio social, merecem maiores e prioritários atendimentos variados na área da saúde.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nobre Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 666/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Regime Fiscal Especial ao contribuinte que realiza venda de pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos, suas obras e artefatos de joalheria, com pagamento em moeda estrangeira ou corrente, realizada no mercado interno, a não residentes no país, com a não incidência do ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 2º O benefício de que trata esta lei, será concedido aos estabelecimentos sediados em cidades do estado do Paraná.

Art. 3º O Regime Especial, de que trata o artigo 1º desta lei, somente será concedido à pessoa jurídica inscrita no Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos, filiado a Associação de Promoção e Exportação e Investimentos - APEX, e Associação dos Relojoeiros e Joalheiros do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de enquadrar no regime especial de vendas para turistas, com isenção do ICMS, como já se procede em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e outros estados na nação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposta que irá beneficiar o comércio de pedras preciosas em nosso estado, trazendo desenvolvimento ao nosso comércio.

PROJETO DE LEI Nº 667/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatório aos estabelecimentos que envasem, industrializem e comercializem águas minerais em vasilhames plásticos retornáveis, no âmbito do estado do Paraná, o cumprimento do disposto nesta lei, observando o seguinte:

I - os vasilhames devem ser tamponados por meio de sistema de comprovada eficácia de vedação, para impedir o vazamento da água e sua possível contaminação;

II - somente é permitida a reutilização de vasilhames plásticos retornáveis em volumes superiores a 5 litros de capacidade nominal;

III - os vasilhames devem ser transparentes, de modo a permitir a inspeção visual do conteúdo por parte do consumidor;

IV - a fabricação dos vasilhames plásticos retornáveis e de suas tampas devem cumprir, respectivamente, as normas constantes da ABNT nº 14.222, que dispõe sobre a Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e da ABNT nº 14.328, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - Tampa para garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio, objetivando atingir padronizações de dimensões de altura, diâmetros, inclusive de gargalos, cor, rigidez da tampa e do recipiente, possibilitar operações eficientes de tamponamento e evitar riscos de deformação e vazamentos, quando do transporte e armazenamento e da colocação nos suportes e bebedouros;

V - os vasilhames a serem utilizados, novos ou retornados para um novo ciclo de uso, devem ser submetidos à avaliação individual onde serão analisadas as condições e possibilidades para a reutilização e, em seguida, submetidos ao processo industrial de lavagem, desinfecção e enchimento, seguindo integralmente as normas constantes da ABNT nº 14637, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - garrafão retornável - requisitos para lavagem, enchimento e fechamento, além das normas emanadas dos órgãos federais competentes;

VI - os vasilhames com amassamentos, rachaduras, ranhuras, remendos, deformações de gargalo e/ou com alterações de odor, cor e forma de forma devem ser rejeitados pelos estabelecimentos que comercializem o produto;

VII - em sendo verificado, no momento do envase, alguns dos vícios indicados no inciso VI deste artigo, deverá o estabelecimento proceder à imediata destruição do vasilhame defeituoso;

VIII - os vasilhames devem apresentar no fundo a data de fabricação e tempo de vida útil, que não poderá ultrapassar 3 anos, bem como o nome da empresa responsável pela fabricação do mesmo;



IX - o processo de desinfecção dos referidos vasilhames deve ser estendido à superfície externa dos mesmos, na etapa de pré-lavagem ou na própria operação de lavagem;

X - os fabricantes de vasilhame retornável ficam obrigados a fornecer aos engarrafadores cópia de certificado do instituto técnico reconhecido de que seu produto atende às citadas normas técnicas.

Art. 2º As indústrias fabricantes de garraão terão um ano após a data de publicação desta lei para se adequarem as suas normas, passando a oferecer apenas garraões certificados.

Art. 3º As empresas de água mineral terão 3 anos para substituição de todos os vasilhames em circulação no mercado por vasilhames certificados.

Art. 4º O descumprimento das obrigações instituídas nesta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, cabendo o dobro em caso de reincidência;

III - suspensão das atividades até a regularização da infração.

Parágrafo Único. Caso a infração seja de contaminação da água, a contra-prova deixada na empresa pela Vigilância Sanitária será analisada por laboratório credenciado pelo estado.

Art. 5º O Poder Executivo deverá dar ampla divulgação da presente lei, de modo a permitir a todos os usuários o acesso ao seu teor, através de sua publicação oficial, afixação obrigatória nos locais onde o produto é industrializado, envasado e comercializado e outros meios cabíveis.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei, definindo o órgão e autoridades competentes pela orientação, fiscalização e prática dos demais atos necessários ao seu cumprimento, objetivando a proteção do consumidor e a responsabilidade do envasador, industrial de águas minerais e potáveis de mesa, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15277, de 25 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 11.09.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O método mais usado pelos consumidores para comprar vasilhames de 20 e 10 litros de água mineral tem sido através de encomenda por telefone. Mas essa atitude aumenta os riscos ao consumidor de servir em casa água contaminada, ainda que seja de marca conhecida.

Temos observado que, segundo a legislação, a comercialização de água mineral não pode ser feita em contato com outros produtos ou em locais que possam contaminá-la. Por exemplo, postos de gasolina, lojas de material de construção, açougues, etc.

O acondicionamento do produto água mineral em embalagens plásticas retornáveis procedidos pelas empresas envasadoras do estado, constitui-se, algumas vezes, em paradoxo, considerando que deixa a desejar no que concerne à proteção que devia proporcionar a um produto ao qual estão associados tantos cuidados, exigências e parâmetros de qualidade restritivos, objetivando a potabilidade da água e as características de qualidade microbiológica, química e físico-química.

Em decorrência de deficiências das embalagens, tornam-se desperdiçados muitos esforços, operações sofisticadas, controles de qualidade onerosos, voltados, exatamente para a garantia da qualidade do produto.

Entre muitos, podem ser arrolados os seguintes problemas relacionados com o referido acondicionamento/embalagem e de responsabilidade dos engarrafadores:

- falhas na vedação das tampas, que podem propiciar a contaminação do produto;

- utilização de recipientes além da vida útil dos mesmos, colocando em risco a segurança do produto;

- utilização de vasilhames apresentando ranhuras, inclusive internas (estas comprometem a operação de desinfecção dos recipientes e as externas introduzem contaminação nos ambientes de produção - principalmente na sala de enchimento/tamponamento), constituindo-se em gritantes contra-sensos;

- utilização de recipientes de pouca transparência ou quase opacos, que não permitem a inspeção visual do líquido, ou da qualidade da água, embora, segundo alguns, confira maior proteção contra a luz, conseqüentemente contra a formação de algas;

- utilização de matéria prima reciclada para a fabricação de recipientes e tampas;

- utilização de vasilhame fora de padrões dimensionais, que dificultam a automatização das operações e impossibilitam a vedação perfeita. Outros problemas decorrem da forma como são transportados e manuseados os recipientes já envasados, aos quais não são dispensados os cuidados devidos aos alimentos em geral;

- transporte em ambientes (carrocerias e outros) não condizentes com o produto transportado, seja no que concerne aos materiais de que são constituídos, seja quanto à falta de conservação e higiene dos mesmos;

- armazenamento e exposição dos vasilhames cheios/vazios em locais e de forma impróprios no que se refere à conservação da higiene e das características do produto (em locais ensolarados, próximos a compostos orgânicos voláteis tóxicos, direto ao solo, próximo a produtos perecíveis ou que exalam odores);

- a combinação de fatores amplifica os problemas. Mais um tipo de problema está relacionado com o

tratamento dispensado pelo consumidor ao produto em sua residência e nos locais de trabalho: novamente, o acondicionamento em locais indevidos, com exposição a contaminações ou a condições que podem levar à alteração das características do produto;

- instalação dos vasilhames nos suportes e bebedouros sem a necessária prévia higienização externa.

A água, ou qualquer outra bebida, em vasilhames retornáveis é a forma mais econômica de aquisição de um produto, mas também é a que mais risco pode apresentar porque, o vasilhame ao retornar para a envasadora, precisa ser inspecionado, lavado e higienizado antes de ser reenvasado e retornar ao comércio. Essa circulação do vasilhame vai desgastando e expondo a embalagem à contaminação, além da formação de biofilme.

A legislação brasileira é excelente em quase todos os aspectos, segue de perto e é também espelhada pelo resto do mundo, porém ainda falha no que se refere aos vasilhames retornáveis, pois as normas da ABNT não têm força de lei, não são de uso obrigatório.

As normas que tratam o acondicionamento das águas minerais ou potáveis de mesa estão contidas basicamente nos seguintes dispositivos legais:

A - no âmbito da legislação mineral (Departamento Nacional de Produção Mineral/MME)

1. Artigo 30 do Código de águas Minerais (Decreto Lei nº 7841, de 08.08.45):

*Os recipientes destinados ao engarrafamento da água para o consumo deverão ser de vidro transparente, de paredes internas lisas, fundo plano e ângulos internos arredondados, e com fecho inviolável, resistente a choques, aprovados pelo DNPM. Deve-se ressaltar que na época de edição deste Código, o uso do plástico ainda era insipiente.*

2. Anexo da Portaria nº 222, de 28.07.97, do Diretor-Geral do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral/MME:

*a) subitem 4.8 (embalagens): As embalagens utilizadas no envasamento das águas minerais e potáveis de mesa deverão garantir a integridade do produto, sem alteração das duas características físicas, físico-químicas, microbiológicas e organolépticas.*

*b) subitem 4.8.1 (embalagens): No caso de estocagem de embalagens plásticas as mesmas deverão ser transportadas diretamente aos silos de armazenagem, por meio de esteiras automáticas com rede de dutos pneumáticos, cujo ar utilizado tenha sido macrometricamente filtrado, onde deverão permanecer pelo tempo necessário a sua completa degaseificação, garantindo isenção de defeitos organolépticos.*

B - no âmbito do Ministério da Saúde:

1. Resolução RDC nº 054, de 15 de junho de 2000, da ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde:

a) subitem 7.1 - alínea "a" - Higiene/Considerações Gerais: *Os vasilhames a serem utilizados, novos ou retornados para um novo ciclo de uso, devem ser*

*submetidas à avaliação individual. Os vasilhames com amassamentos, rachaduras, ranhuras, remendos, deformações do gargalo e ou com alterações de odor e cor deve ser rejeitados. Caso a alteração indicar possível risco à saúde, o vasilhame deve ser destruído.*

2. Portaria nº 26/96 exige que a embalagem deve ser fabricada com resina virgem.

3. Decreto-Lei nº 986 exige registro do produto. Além destes e outros dispositivos legais, existem as seguintes normas técnicas editadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, as quais, se escudadas em dispositivos legais, propiciariam o enquadramento técnico da maioria da solução dos problemas anteriormente levantados, porém citadas normas não têm caráter impositivo:

1. ABNT NBR 14.222 - Embalagem Plástica para Água Mineral e Potável de Mesa - Garrafão retornável - Requisitos e Métodos de Ensaio.

2. ABNT NBR 14.328 - Embalagem Plástica para Água Mineral e Potável de Mesa - Tampa para garrafão retornável - Requisitos e Métodos de Ensaio.

3. ABNT NBR 14.637 - Embalagem Plástica para Água Mineral e Potável de Mesa - Garrafão retornável - Requisitos para lavagem, enchimento e fechamento.

4. ABNT NBR 14.638 - Embalagem Plástica para Água Mineral e Potável de Mesa - Garrafão retornável - Requisitos para distribuição.

A imposição destas normas técnicas é defendida e até solicitada em todos os níveis governamentais pela ABINAM - Associação Brasileira da Indústria de Água Mineral, que já enviou diversos ofícios a todos os órgãos reguladores, pois, garrafões normatizados facilitam automatização, evitam vazamentos, garantem transparência, evitam contaminações.

Portanto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, visando a proteção do consumidor e a saúde dos cidadãos paranaenses. Para tanto, estamos também revogando a Lei nº 15227, de 25 de julho de 2006, que não atingiu seus propósitos por não estar conforme com as normas da ABNT, que objetivam padronizar os materiais utilizados.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Cartário. E logo após aos Deputados Jocelito Canto e Péricles de Mello.

### ***Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)***

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que me traz aqui é contestar alguns números, uma projeção do IPARDES - o IPARDES antes era uma

instituição do BAMERINDUS e hoje pertence ao Governo do Estado, à Secretaria de Planejamento - início trazendo essa informação: 81 municípios do Paraná têm a população de Colombo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, 81 municípios do Paraná têm a população de Colombo, ou seja, Colombo tem a população somando-se 81 municípios. Vejam como a região metropolitana realmente cresceu. Vejam como a grande Curitiba cresce. E o pior é que os investimentos públicos do estado não correspondem ao crescimento da região metropolitana, senão vejamos: qual a faculdade, ou seja, qual o dinheiro que o Governo do Estado aplica no 3º grau na região metropolitana ou no sul do Paraná, Rio Negro, Colombo, São José dos Pinhais? Não existe nada, Deputada Cida Borghetti. Eu sei que V. Exa. é muito bem contemplada em Maringá. Paçandu, mas o povo aqui do sul, trabalhador, também merece alguns investimentos, especialmente no 3º grau.

Eu dou o exemplo de Colombo porque se eu falasse de Fazenda Rio Grande, iam falar que eu estava aqui falando em causa própria, legislando em causa própria, apesar de que eu sempre faço uma votação, metade dos votos no sul, metade no norte. Então, nada contra o norte do estado, meu amigo Cheida, nada contra Londrina, mas há necessidade que a Secretaria do Planejamento coloque as coisas em seu devido lugar, porque eles estão projetando, apenas projetando e erradamente, estão completamente perdidos.

O IPARDES, Sr. Presidente - estou encaminhando um requerimento para ser votado nesta Casa no dia de hoje - o IPARDES está recebendo um atestado, não vou falar de ignorância nem de burrice, mas um atestado de quem não conhece o problema. Vejamos, por exemplo: no ano de 2000, a Fazenda Rio Grande tinha uma população de 62 mil habitantes, o IPARDES projetou para 2007 uma população de 125 mil habitantes e os dados oficiais do IBGE apresentam um número de 71 mil habitantes. Aí perguntamos: quem é o chefe que está comandando o IPARDES? Em que número estão se baseando? Agora, se falarem: "Ah, mas se o IPARDES projetar 300 mil habitantes para a Fazenda Rio Grande, ou 100 mil, é a mesma coisa". Mas, não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o IPARDES, a Secretaria do Planejamento, está prejudicando e está entrando na economia popular, está prejudicando o trabalhador, aquele que vem de outras cidades, de Curitiba, inclusive, e que compram o seu terreno lá na cidade com essa projeção, essa propaganda feita pelo IPARDES - vamos para a Fazenda Rio Grande que daqui a 4 anos tem 300 mil habitantes, viu, Belinati, então, vamos aproveitar comprar o nosso terreno já, antes que seja tarde, porque este lote vai valer uma fortuna!

**(Término do horário - O Sr. Presidente concede mais alguns minutos para a conclusão)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, Sr. Presidente, que o IPARDES não corresponde à realidade e nós levantamos os dados do IBGE, em 9 municípios do estado, prestem bem atenção,

Srs. Deputados, 9 municípios do Paraná somam hoje 3 milhões de habitantes, apenas 9 municípios. Desses 3 milhões de habitantes, que representa um terço do Paraná, um terço do Paraná está precisamente hoje com 9 municípios e repito, 81 municípios têm a população da Beti, ouviu Beti, você que foi Prefeita, será Prefeita novamente, você tem a população em Colombo dos 81 municípios do Paraná. Imagine na hora de distribuir ambulâncias, aquelas ambulâncias que ficam na frente do Palácio, na hora que se distribuir essas ambulâncias pelo número de habitantes, V. Exa., Deputada Beti, receberia lá no seu município 81 ambulâncias.

Precisamos aqui nesta Casa começar a dividir a renda, procurarmos levantar porque é o nosso objetivo, porque se esperarmos do Governador algo que nos dê para que apareçamos lá na cidade levando alguma coisa, Deputado Elio Rusch, não vamos conseguir nunca, nem os da Situação nem os da Oposição. É o estilo do Governador, não quero aqui criticá-lo por isto, cada um tem o seu estilo, mas no entanto, precisamos saber - e o Presidente da Assembléia é curitibano, hoje a Assembléia é composta pela maioria de curitibanos e da região metropolitana - precisaríamos fazer uma pergunta que o povo nos faz: por que não tem o 3º grau aqui na região metropolitana? Por que não tem uma faculdade? O povo de Piên, de Mandirituba, de Agudos do Sul vão de ônibus estudar em Mafra, estado de Santa Catarina, porque aqui na região que tem um terço da população do estado não existe um investimento, um centavo sequer no 3º grau.

Como a projeção do IPARDES é totalmente furada, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. - tenho um requerimento pedindo explicações - mas gostaria que V. Exa. pedisse ao Secretário que determinasse aos técnicos do IPARDES a virem a uma Sessão na Assembléia e explicassem detalhadamente por que eles erram tanto. Eles projetaram a Fazenda Rio Grande com 350 mil habitantes, e eu vou ser sincero - hoje dois terços da área geográfica, a terra que existe na Fazenda Rio Grande está tomada por loteamentos. Existe apenas um terço e nesse um terço, o máximo que cabe em termos de casa seria aproximadamente mais 70 mil habitantes, exageradamente. Isso se conseguíssemos ainda que o atual Prefeito continuasse fazendo lotes de 120 metros, porque se for 360 metros não cabe mais do que 130 mil habitantes na Fazenda Rio Grande. E o IPARDES projetou 330 mil habitantes. Está mentindo para a população, está havendo especulação imobiliária por essa mentira e esse despreparo, essa incompetência do IPARDES, que solta números e mais números sem saber o que está fazendo.

Por isso, acredito que o Presidente da Assembléia e os Srs. Deputados irão aprovar o nosso requerimento e especialmente trazer a responsabilidade a esse órgão do IPARDES.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje vamos nos ater um pouco mais à questão da saúde. Ontem, lá em Ponta Grossa, mais uma vez um Vereador da cidade iniciou mais um movimento, iniciou mais uma forma de fazer um protesto. O Vereador Baixinho, que é um Vereador que mora em um bairro de Ponta Grossa, em uma favela, iniciou ontem uma caminhada de Ponta Grossa até Curitiba. Embaixo dos braços daquele pequeno Vereador de estatura pequena, vem junto uma moção de apelo para que o Governo instale, o quanto antes, na cidade de Ponta Grossa, as tão esperadas UTIs, que ainda não foram colocadas.

Queria aproveitar este dia para fazer um apelo ao nosso Governador para que ele determine ao Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, que imediatamente, em caráter de emergência, sem anúncio, sem mídia, se instale lá os leitos esperados. E que o Hospital da Criança está pronto para receber, que possamos colocar lá os leitos de UTIs pediátricas que ainda não existem na região dos campos gerais. Por isso, faço esse apelo hoje ao Governador, no sentido que ele cumpra exatamente aquilo que o seu Secretário assumiu lá em Ponta Grossa antes das eleições, que colocaria mais leitos de UTIs no Bom Jesus, na Santa Casa, no pronto-socorro e também no Hospital da Criança. E que liberasse também aquela verba de R\$ 600 mil mensais para que o Hospital João Vargas de Oliveira, o Hospital da Criança que é regional, possa atender as crianças de Ponta Grossa e as crianças dos campos gerais, até mesmo porque o Governo já fez um investimento tanto no pronto-socorro, como também fez investimentos no Hospital da Criança. Grande parte do dinheiro que foi colocado nesses dois hospitais, são de origem do Governo, da saúde.

Então, se fez uma primeira etapa, se fez uma reforma como nunca tinha sido feita no pronto-socorro municipal.

Solicito, Sr. Presidente, o horário do PTB.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PTB***

Fez-se uma ampliação do Hospital da Criança, que também a partir de agora passa a ser ampliado, mas que está faltando para funcionar exatamente os equipamentos e essa verba de manutenção que é mais cara.

Dr. Batista, Dr. Accorsi, Dr. Cheida, os médicos desta Casa, a Deputada Rosane que é técnica da área, sabem que um hospital não é só o equipamento, o mais caro é a manutenção, depois, mensal. O custo mais elevado de um hospital é a questão, na seqüência, de manutenção, de acompanhar a demanda. Faz-se um hospital maior, aumenta a demanda. Você faz um hospital moderno, aumenta a demanda, automaticamente aumenta o custo mensal daquela obra.

Por isso, venho a esta tribuna hoje, para pedir à Liderança do Governo para que possamos atender aquilo que já foi prometido e que estamos esperando, que é a colocação dos leitos de UTI e que, a cada dia que passa, deixa-nos mais preocupados.

No dia de ontem, o Vereador Baixinho, um Vereador guerreiro que vem lá do meio do povo, que continua morando num bairro humilde de Ponta Grossa, resolveu fazer uma forma de protesto simples: se colocou na estrada e está vindo a pé, lá de Ponta Grossa até aqui, sozinho, com seus assessores. Encontrei-o agora ali na reta do Witmarsum, Congonhinhas, lá vem ele caminhando. Alguns estão tirando sarro dele, outros estão dando risada, mas eu vou aplaudí-lo, porque ele teve coragem de fazer aquilo que os outros não tiveram coragem de fazer. Quando um cidadão não tem o devido preparo físico que ele tem e que até adoentado é, se coloca na rua para caminhar, e foi eleitor do Governador Requião, é porque está sentindo que as coisas não vão bem.

Já fizemos esse trajeto a pé também, certa vez, depois vieram algumas UTIs.

Espero que esse gesto simbólico do Vereador Baixinho, um Vereador que andou de bairro em bairro, Deputado Romanelli, carregou a bandeira do Governador Requião, não recebeu absolutamente nada, fez uma campanha limpa, bonita, pedindo para o povo votar no Governador Requião, é esse Vereador que tem a coragem neste momento de se colocar na estrada, ao lado da rodovia, dormindo em situação complicada, para chegar aqui em 3 ou 4 dias, para ir até o Palácio: "Olha, está aqui". Eu não sei se vai resolver, mas pelo menos está tendo coragem de fazer um protesto calmo, pacífico, ordeiro, e que tem a intenção de conscientizar o Governo.

Na época da campanha, o Baixinho andava pelos bairros, pedia voto para o Governador. O Governador o conhece, sabe o quanto ele fez pela sua campanha. Agora aquele Vereador que sustentou a bandeira do Governador, ele vem a pé de Ponta Grossa até aqui, no sentido de exigir exatamente que o Governador só cumpra aquilo que ele prometeu.

Espero, Deputado Romanelli, membros do Governo, Secretário Cláudio Xavier, que possam atender essa que é uma reivindicação das criancinhas, dos pobrezinhos, de um Vereador que mora num bairro pobre, de nós que defendemos as pessoas mais simples. São elas que estão precisando de UTI. As pessoas que têm mais dinheiro vêm aqui para Curitiba, muitas vezes particularmente. Tem pessoas que se internam aqui, vem para cá, têm condições. Agora, o nosso povo, o povo do bairro, o povo da vila, o povo mais humilde que deu essa vitória ao Governador, é o povo que está precisando de socorro.

É por isso que faço esse apelo aqui ao nosso Líder do Governo, ao Deputado Romanelli, faço apelo a esta Casa. Não é admissível que ainda não tenhamos em Ponta Grossa UTIs pediátricas que possam salvar a vida de muitas crianças.

Quero cumprimentar o Vereador Baixinho e repudiar os que o estão atacando por ter vindo caminhando. O que interessa é o gesto, o que interessa é a coragem, o que interessa é o ser humano, agente político ter coragem de fazer algo. Se não der em nada, pelo menos ele fez a sua parte. Ele pelo menos participou, teve a coragem de brigar por aquilo que ele acha que deveria brigar.

Quero aqui cumprimentar o Vereador Baixinho. Vereador que ajudou o Governador, assim como nós, e que hoje vê o Governo sofrendo por tão pouco, o Governo apanhando por tão pouco. Fez a obra, fez duas obras e está fazendo a terceira. Mas falta finalizar, e é nesse finalizar que há o desgaste. E nesse desgaste surgem, naturalmente, aqueles que nunca fizeram nada e que vão se aproveitar daquele momento, não para resolver o problema, mas para querer tirar proveito daquele momento difícil que as famílias passam. Não sou a favor disso, não. Eu votei no Governador, ajudei o Governador e hoje me encontro aqui numa posição de cobrar aquilo que foi prometido. Nada mais!

Pelo que eu sei, ainda resta uma luz no fundo do túnel, porque ainda alguma coisa há de ter nas origens do Governador Requião. Origem de prometer e cumprir. Pelo menos é o que se via na campanha: “O Requião promete, o Requião faz”. Claro que algumas vezes acontecem alguns enteveros, mas é importante atender aquilo que pede a comunidade. E no fim dessa jornada que se possa cumprir aquilo que se prometeu. Não precisa prometer, mas prometeu, cumpra, porque está em jogo a vida das pessoas e das crianças nos campos gerais.

Por isso, Deputados, Deputado Romanelli, Deputado Alexandre Curi que diariamente convive com o Governador, que até nós, carinhosamente aqui da tribuna o chamamos de o chaveirinho do Governador Requião, no que ele, ao conviver com o Governador Requião, lembre-se que nos momentos mais difícil da campanha de Requião, nos momentos em que muitos o abandonaram, lá tinha algumas pessoas o acompanhando e trabalhando por ele, o que lhe possibilitou estar Governador neste momento, que são pessoas como o Vereador Baixinho, que vem pela estrada afora, recebendo até algumas gozações de alguns que não têm coragem de andar nem um metro, ele está andando 120 quilômetro, tem coragem de pedir, de brigar por aquilo que tem que salvar a vida das nossas crianças e dos nossos filhos.

Agradecemos as obras, obras como o Hospital Regional, que alguns não acreditam, que alguns médios não acreditavam, que fizeram gozação, mas a obra está lá, é um avanço, que daqui a um ano vai estar pronto.

Claro que é um avanço, mas entre o presente e o futuro há um espaço e esse espaço machuca a nossa população, principalmente a população mais pobre.

Por isso, senhores, por favor, vamos atender o nosso povo. Aquele Governador que pelo menos eu ainda acredito que tem um pouquinho daquilo que ele sempre pregou, prometer, pagar e fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Inicialmente eu queria manifestar minha solidariedade ao Deputado Jocelito Canto, no seu depoimento nesta Casa, porque eu não me esqueço das coisas. O senhor teve uma postura muito digna na Audiência que aconteceu na Câmara, o senhor defendeu o Governo, como eu defendi, porque naquele momento, as obras não estavam prontas. Eu falei desta tribuna e posso repetir: é impossível colocar UTI num hospital que não está pronto. Agora, na medida em que se concluem as obras, temos que cobrar do Governo as UTIs, tanto do pronto-socorro como do Hospital da Criança. Obras pelas quais lutei muito.

Quero lembrar que esses recursos do Governo do Estado foram repassados quando eu era Prefeito, no último ano. Fiz a licitação e infelizmente a empresa que ganhou deu um desconto muito grande e depois abandonou a obra. O atual Prefeito fez a licitação novamente, e se passaram quase 3 anos para as duas obras serem concluídas. Então, o senhor tem minha solidariedade.

Quero convidar, Deputado Jocelito, para visitarmos, amanhã, o Secretário da Saúde. Temos todas as condições para fazer isso, para que tenhamos um esclarecimento definitivo sobre as questões. Há muita nebulosidade sobre a questão se está completamente terminada a obra ou não, do Hospital da Criança. O papel do município também tem que ser analisado. Nós fazemos Audiência e vamos cobrar, novamente, do Secretário, porque acho que ele tem boa intenção - acredito nisso - acho que estruturalmente o Governo Requião é um Governo progressista, tem demonstrado todos os atos, esta visão do mundo a favor das pessoas mais pobres, mais humildes, que vamos cobrar juntos para que, com a máxima urgência, os leitos prometidos sejam instalados em Ponta Grossa, contribuindo não só com o povo da cidade, mas de toda a região.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vim à tribuna hoje, porque apresentei um requerimento que será lido na Sessão de hoje ao Secretário Maurício Requião, sobre os profissionais que estão fazendo o Programa de Desenvolvimento Educacional. São 1.200 professores que ficam um ano fora da escola, se qualificando, no segundo ano eles têm 25% da carga horária para apresentar um trabalho a favor da sua escola e um artigo de conclusão de curso, numa interação para avanço da qualidade da qualificação escolar.

Em primeiro lugar, esse plano é uma revolução na educação paranaense e merece todos os elogios, o que mostra o caráter progressista deste Governo. Nunca, na história do Paraná, se teve um preocupação desse nível

com os professores da escola pública, que passam a ter a qualificação continuada. E mais que isto: em parceria com as universidades públicas do Paraná. Ganham as universidades, que vão até as escolas públicas, conhecer a gravíssima problemática da educação no Paraná, como em todo o Brasil, a problemática difícil da nossa juventude, que passa por uma série de problemas: evasão escolar, violência na escola, tentando melhorar o universo escolar. Os professores também passam a ter essa visão de mundo mais abrangente, fora dos muros da universidade. Ganham os professores da escola pública, que revêem seus conceitos, discutem a teoria mais avançadas, a problemática social do Paraná e do Brasil, o problemática pedagógica, com profundidade. Ou seja, é um programa de cunho progressista, que merece todo nosso elogio, todo nosso apoio, ao Secretário Mauricio Requião, do Governo do Paraná.

Mas, foi trazida minha preocupação pelos professores de Ponta Grossa e da região. O professor que conclui este curso, depois de 2 anos, vai mudar de nível. Do nível 2 para o nível 3. Aliás, o nível 3 foi criado, no Plano de Carreiras, em função desse curso de qualificação. Mas, acontece que cada nível tem 11 classes. O professor do nível 2, quando conclui o curso de qualificação, sai da classe 11 e vai para a classe 1 do nível 3, tendo um aumento muito pequeno, um aumento de apenas sessenta e poucos reais.

Estamos propondo ao Secretário Maurício Requião que comece estudos, aprofunde os estudos, para que tenha a perspectiva do estado estabelecer um adicional para os professores da rede pública estadual de, no mínimo 15%, além da mudança de nível, ao concluírem o curso de qualificação. Isto já acontece nas universidades.

Nas universidades paranaenses, além de o professor poder ficar 3 anos para fazer o mestrado, quando ele termina sua dissertação, ele tem um grande aumento, muda de nível, na mesma linha que ele estava, na mesma classe em que ele estava, e também ganha um adicional. Os professores que fazem o curso, não de mestrado, mas de pós-graduação e especialização, ganham adicional de 15%. É esse 15% que é válido para as universidades paranaenses, quando os professores terminam a especialização que eu estou apontando como caminho inicial para reflexão do Sr. Governador, do Secretário da Educação, para que os professores da rede pública também recebam, já no ato em que terminem o curso de qualificação, eles recebam, além de subir de nível 2 para o nível 3, classe 1, eles recebam imediatamente 15% de adicional por terem concluído esse curso nos seus salários.

É claro que não devemos esquecer, para não fazer um debate oportunista, mas um debate com profundidade, com seriedade, maturidade que o estado, ao estabelecer esse curso, tenha uma porcentagem dos professores, os 1200 professores por exemplo que saem para fazer o curso, eles têm que ser substituídos, isso aumenta, sem dúvida nenhuma, a despesa com a folha de pagamento do estado, são 1200 professores que no seu tempo integral

saem da escola e vão para as universidades, e no segundo ano 25% do seu tempo também tem que ser substituído por outros professores contratados.

Então, sabemos que já é um grande avanço o plano de educação continuada. Já é um avanço que teve um impacto financeiro no Governo, mas tenho certeza absoluta que esse plano será concluído, levado a bom termo se esses professores tiverem, além do avanço de nível, também esse adicional de 15% que é o que recebe de adicional o professor das universidades públicas do Paraná, que fazem, não o curso de mestrado que é mais de 30% e doutorado mais de 60,70%, mas de 15% dos especialistas.

Então, tenho certeza que será bem recebido esse requerimento e peço a aprovação de todos os Deputados.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Para concluir, queria destacar a importância de hoje da “escolinha” que foi transmitida aqui o Secretário Nacional pela TV Educativa.

Tivemos aqui o Secretário Nacional de Política e Juventude, e eu acho, Deputado Elton, os demais Deputados companheiros da Bancada do PT, que todos temos que passar a divulgar mais as coisas do Governo. O Governo Federal está fazendo mudanças profundas na sociedade brasileira, a preocupação com a nossa juventude é uma coisa na história do Brasil. O próprio Secretário da Juventude falava que até então os Governos brasileiros preocupavam-se apenas com o adolescente até 18 anos. A partir daí o cidadão entrava nas políticas universais de todos os brasileiros, sem reconhecer uma particularidade da nossa juventude. Sabemos que é um problema dramático. Se formos às cadeias públicas, às penitenciárias, mais de 60% dos presos são jovens de até 29 anos. O trauma da droga, o assassinato, o homicídio, está ceifando a vida dos nossos jovens, o desemprego, a pobreza, o sofrimento de todas as formas, justamente numa fase de expectativa quanto ao futuro.

Então, este Governo, tem um mérito, tem uma preocupação estruturante com o futuro da nossa juventude dos 15 aos 29 anos, e o Pró-Jovem é um programa magnífico.

Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, modestamente, estabelecemos um programa chamado Integrar, de educação para adultos, que tinha mais ou menos o perfil do Pró-Jovem. O jovem que não havia estudado até a 8ª série, entrava na escola municipal à noite e tinha um curso, tirava o diploma da 8ª série do ensino fundamental, do ensino básico, até 10 meses de curso; recebia também o curso de qualificação profissional e um curso de informática. Fizemos esse curso, pegamos a idéia da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - havia existido uma experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de Ponta Grossa - fizemos uma parceria com a Confederação Nacional e com o CEFET do Rio Grande do Sul, de pelotas, que tem uma visão muito avançada nesse processo, e no último ano de Governo tínhamos mais de 22 escolas com

turmas que variavam, uma turma de 40, ou duas turmas de 40, até 80 alunos, espalhados por todos os bairros de Ponta Grossa. Infelizmente, esse programa não existe mais na nossa cidade, mas sem dúvida algumas traz grande avanços de inclusão social para a nossa juventude

O Pró-Jovem, além de tudo, estabelece uma bolsa de R\$ 100 para os jovens carentes, dando uma nova perspectiva de vida para a nossa juventude com tantas carências, com tantos anseios, tantas angústias com relação ao futuro. Esse é apenas um dos programas. O PDE, que é uma verdadeira revolução educacional no Brasil, nunca existiu.

Fico triste que a imprensa, que é tão presente em criticar qualquer erro pontual do Governo, não tenha se manifestado como devia a respeito do PDE, do trabalho com a juventude, o Plano de Safra, e tantas outras coisas boas que o Governo Federal está realizando.

Esses dias o meu amigo Deputado Antonio Anibelli fez uma crítica ao Bolsa-Família. Essa crítica é incongruente. Ela é baseada na estigmatização dos pobres. É uma ideologia muito poderosa na consciência coletiva do Brasil, que as pessoas são pobres pela sua própria culpa. Embora não se manifeste com tanta clareza, mas de forma sutil, pensam assim: 'Se uma pessoa pobre recebe uma ajuda do Bolsa-Família não vai querer mais trabalhar'. São estigmas cruéis, são preconceitos de classe!

Na entrevista do Presidente Lula, em São Paulo, dias atrás, ele foi muito natural na interpretação do Bolsa-Família. Ele não se curva a esse preconceito. Ele diz simplesmente: "Na hora que acontece o crescimento econômico, uma porcentagem das pessoas mais pobres passa a ter emprego e diminui o Bolsa-Família de forma natural".

Pasmem, um empresário na Alemanha está fazendo uma revolução, propondo a Bolsa de Cidadania, que o nosso Senador Eduardo Suplicy tanto lutou no Brasil. Todo cidadão alemão que faz 18 anos passa a receber do estado um valor em euro. Seja rico ou pobre. Ou seja, a sociedade reconhece que é responsável pelos seus cidadãos. Como diz um velho pensador alemão: "O real é a síntese das múltiplas determinações."

Cada um é o reflexo de determinações de sua vida, consciência, genética, das relações sociais que estabelece desde que nasce. A sociedade é responsável pela situação de seus cidadãos.

Todo cidadão tem o direito a uma renda que permita viver com dignidade, por ter nascido naquele mundo, naquela sociedade.

Se o cidadão não está de acordo com as regras sociais, resolve viver com aquele valor, ele poderá viver. A sociedade garante. Aquele que acha que quer ganhar mais vai trabalhar, e a maioria pensa assim, sem dúvida alguma.

O que a sociedade economiza com despesas de saúde, segurança e mesmo com a burocracia de fiscalizar o cidadão se é pobre para receber uma renda mínima,

quase compensa o estabelecimento desse princípio social profundamente humanitário.

Em Ponta Grossa, 30% da população vive em grau extremo de pobreza. E as pessoas têm coragem de atacar o Bolsa-Família?

O justo é que, além do Bolsa-Família, sejam dadas alternativas cada vez mais fortes, qualificação profissional, que haja crescimento econômico, que naturalmente as pessoas pobres vão ter ascensão a uma renda melhor e sairão do programa.

São muitas coisas. Todos nós, não só do PDT, mas os outros partidos que têm alinhamento com o Governo Federal devem tecer comentários nesta Casa e mobilizar a sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

### ***Deputado Plauto Miró (Democratas)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já ouvimos aqui as palavras do Deputado Jocelito Canto, trazendo as preocupações com a cidade de Ponta Grossa; o Deputado Péricles faz uso da tribuna e também mostra a sua preocupação com a estrutura da saúde no município de Ponta Grossa.

E como ponta-grossense, não poderia ser diferente, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Estou aqui para bater na mesma tecla. Tenho feito isto periodicamente, trazendo o alerta, a mensagem, a indignação da população de Ponta Grossa e também dos municípios dos campos gerais.

Ontem, vimos na grande imprensa um dilema sobre o Hospital da Criança, que está lá na nossa cidade para servir as crianças dos campos gerais e do nosso município de Ponta Grossa. E a discussão sobre a falta de estrutura, a falta de leitos de UTI neonatal e também pediátrica. Atrás disso, uma contra informação mostrando que o Governo do Estado do Paraná não tem investido aquilo que é de sua obrigação, aonde a Prefeitura de Ponta Grossa, fazendo reformas na estrutura da saúde, reformas sendo concluídas, tentando cumprir o seu papel, mas, o Governo do Estado do Paraná deixando faltar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo que é de sua obrigação, que é mandar a estrutura de equipamentos dentro das casas de saúde da nossa cidade de Ponta Grossa.

Não podia deixar de aqui estar para poder, mais uma vez, alertar e cobrar do Governo do Estado do Paraná uma ação concreta, uma reação verdadeira para que possamos suprir as necessidades e possamos ter estrutura para poder atender as crianças, os jovens e a todos aqueles que vivem em Ponta Grossa e nos campos gerais que, periodicamente, vemos vidas sendo perdidas por falta de estrutura e, naturalmente, pessoas que aguardam numa fila de internamento nos leitos de UTI. Passa-se o tempo e elas acabam perdendo suas vidas.

Então, queria aqui poder deixar registrado. Vejo também o Vereador Baixinho, Vereador da nossa cidade de Ponta Grossa, que se propôs a caminhar entre Ponta Grossa e Curitiba - são 100 quilômetros - para chamar a atenção do Governo do Estado para aquilo que realmente lá no nosso município está acontecendo.

Mas, quero aqui deixar o registro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos visto aqui no Plenário desta Casa sempre que se traz à tona um problema existente, sendo ele na saúde, nas obras de infra-estrutura, a defesa dos representantes do Governo sempre vão e dizem: "O Governo anterior deixou a situação crítica." Só, Sr. Presidente, que o Governo anterior é o Governo Roberto Requião. Quero dizer também, Deputado Belinati, o senhor que é de Londrina, quero dizer que lá no Governo anterior não tínhamos essa denúncia, essa problemática de falta de leitos de UTI.

Acredito que a população cresceu. Sabemos que a população do Brasil também empobreceu, naturalmente do nosso estado do Paraná, e com isso ela procura ser atendida gratuitamente pela saúde pública, à qual o cidadão brasileiro tem direito. E esta saúde pública não está correspondendo, nos dias de hoje, com as necessidades dos paranaenses. Deixo registrada a minha indignação.

Quero aqui trazer o alerta mais uma vez. Tenho falado periodicamente e pedir ao Sr. Governador do estado do Paraná, que já está a 5 anos consecutivamente governando o nosso estado e de concreto, Sr. Presidente, muito pouco. De papo, de discurso, de promessa, eles são bons, mas na prática não são tudo aquilo que falam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch. Antes, pela ordem, ao Deputado Marcelo Rangel.

#### O SR. MARCELO RANGEL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um pedido à Comissão Especial de Saúde. Estou entrando em contato com o Presidente, Deputado Ney Leprevost, mas fazer o convite também a todos os integrantes da Comissão de Saúde, para fazer uma convocação extraordinária da nossa comissão. Ouvimos os 3 Deputados de Ponta Grossa discursarem sobre a saúde, sobre a questão dos leitos de UTI.

Hoje cedo, estive no Hospital da Criança, filmei tudo o que está se passando nesse hospital. Gostaria de apresentar uma Sessão Extraordinária da Comissão de Saúde, ainda hoje ou amanhã, o mais tardar.

Muito obrigado.

### ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

#### O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O estado só se desenvolve quando o Poder Público coloca à disposição dos seus investidores, a infra-estrutura necessária.

O estado do Paraná foi abençoado pela natureza, através da riqueza da natureza, ou seja, do setor energético movido através da força hidráulica, através da água. Fomos abençoados com o rio Iguaçu, o rio Ivaí e o rio Piquiri, que divide o estado do Paraná com São Paulo, e tantos outros rios e afluentes a mais. São grandes e pequenas hidrelétricas que se instalaram no nosso país.

A maior hidrelétrica do mundo está no Paraná, na região oeste do estado, a Itaipu. Com a construção da Itaipu, o Paraná ganhou e perdeu. Ganhou em relação ao setor energético, produzindo energia para o país, mas perdeu em termos de sua receita. Por que ele perdeu? Porque todo o ICMS é tributado aonde ele produz, aonde sai energia e aí que é tributado o valor agregado. A energia elétrica de Itaipu, não, ela é tributada do consumo, Deputado Cheida. Nós produzimos a energia e quem ganha são os estados que consomem a energia.

O Paraná perde algo em torno de R\$ 600 milhões, por ano. É o que gastamos hoje com o 3º grau. É o que o Paraná gasta com as universidades e faculdades. Mas eu disse que o estado só iria se desenvolver, quando também em infra-estrutura. Temos, através da COPEL, da ELETROSUL e de outras empresas, a construção das hidrelétricas. Quero falar sobre as pequenas centrais hidrelétricas, ou seja, as PCHs, Deputados Luiz Accorsi. São inúmeras, quase 40 projetos, Deputado Nelson Justus.

Aí que vem a importância, Srs. Deputados. O que representa cada Pequena Central Hidrelétrica? vamos falar de duas, que eu conheço. Uma na cidade de Marechal Cândido Rondon, Cooperativa de Eletrificação Rural. Projeto pronto, tudo aprovado, vai gerar 4 megawatts. O que é 4 megawatts, Srs. Deputados? Isso representa um abastecimento de uma cidade de 10 mil habitantes. A CERCAR, essa Cooperativa de Eletrificação Rural, tem 1800 consumidores. Ora, se ela gerar a sua energia própria, joga na rede e gera energia para os seus consumidores, são 4 megawatts. O impacto ambiental é apenas de 11 hectares com a reserva junto, porque o rio onde será construída essa hidrelétrica, o Rio Iguaçu, na divisa de Marechal Cândido Rondon com Nova Santa Rosa...

### ***Passa a usar o horário da Liderança dos Democratas***

... não tem impacto. Aliás, só falta, Deputado Cheida, para que a CERCAR possa construir - financiamento, tudo aprovado, projeto, tudo, tudo prontinho - só falta o IAP dar a autorização, nada, nada mais.

Uma outra usina hidrelétrica na divisa do município do nosso Deputado Duílio Genari e do Deputado Elton Welter, na divisa dos municípios de Toledo com Ouro Verde do Oeste, rio São Francisco, a empresa que já estava executando a obra, a DM, já tem gastado, Deputado Belinati, algo em torno de R\$ 5 milhões, tudo montado e, de repente, foi impedida de dar continuidade a essa obra. E o que geraria essa usina construída no rio São Francisco? Doze megawatts, que daria para abastecer algo em torno de 30, 35 mil pessoas, uma cidade com 35 mil pessoas.



Então, quando é que o Governo do Estado e o IAP vão se conscientizar da necessidade de investimentos em cima dessa infra-estrutura tão necessária, ou seja, a energia elétrica?

Concedo um aparte, prazerosamente, ao Deputado Cheida.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Deputado Elio Rusch, agradecendo ao seu aparte, queria dizer que as quase 70 PCHs que estão paralisadas, são 68, na verdade, bem mais de 40, o Governador tomou essa decisão, e digo isso como ex-Secretário da Pasta, porque a grande maioria dos investidores, talvez não esse que V. Exa. se refere, a grande maioria dos investidores fizeram isso como reserva de mercado. Ou seja, identificaram determinados cursos d'água com queda suficiente para a geração de energia e, já, imediatamente requereram o domínio de direito desses locais, consórcios, muitas vezes entre o Brasil e outros países, o Canadá, de preferência o que fez com que o Governador, ao assumir, botasse as barbas de molho, porque o que parecia naquele momento, pelo menos é essa a tese ainda advogada, era que essas usinas, essas Pequenas Centrais Hidrelétricas foram concebidas mais para o lucro da iniciativa privada, vendendo energia à COPEL, do que de fato para tocarem projetos locais.

Faço exceção, talvez, a algumas, dentre elas essa que V. Exa. fala. E faço essa exceção para também dizer duas coisas que acho importante: primeiro, o seu depoimento com relação à preocupação da matriz energética do estado. Neste momento, posso lhe assegurar que o Governador Roberto Requião está revendo os seus conceitos a esse respeito e já está admitindo, pelo menos nas discussões internas ao Governo, posso dizer isso aqui, que o IAP deva liberar as PCHs onde a COPEL é majoritária no empreendimento para garantir que não sejam exclusivamente feitas para esse fim de venda de energia à COPEL. O segundo é para dizer ao Deputado que a comissão, a Frente Parlamentar que está se debruçando sobre a discussão de novas matrizes energéticas e que hoje fez a sua reunião, sob a presidência do Deputado Tadeu Veneri, com a Deputada Rosane, com o Deputado Duílio Genari e este Deputado, está, talvez, pronta para chamar a COPEL, chamar o próprio Presidente do IAP, o próprio Secretário do Meio Ambiente para que possamos discutir aqui a questão das PCHs.

Acho que chegou o momento, talvez, Deputado Elio Rusch, de discutirmos essa questão e, quem sabe, sob esse seu pronunciamento e sob a nova avaliação do Governador Roberto Requião, possamos dar um encaminhamento diferente a essa questão, porque estou de acordo plenamente de que algumas pequenas centrais hidrelétricas são menos impactantes do que grandes hidrelétricas, como estamos vendo a COPEL agora cancelar a construção no rio Tibagi, trazendo mais problemas sociais e ambientais do que se estivesse dividido os

seus 127 megawatts, que quer construir no Tibagi, entre pequenas centrais hidrelétricas.

Desculpe tomar tanto tempo, mas agradeço pelo aparte.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Agradeço ao Deputado Cheida e não poderia esperar comportamento diferente de V. Exa. como profundo conhecedor da questão ambiental do nosso estado e com uma visão também do desenvolvimento econômico do nosso estado. Lógico, precisamos respeitar o meio ambiente, mas temos que ver o desenvolvimento também.

Agora, o Governo do Estado, Deputado Cheida, também não pode querer monopolizar exclusivamente a produção da energia elétrica no nosso estado. Ora, se tiver outros empresários que queiram se estabelecer, construir a sua usina, jogar a energia na rede e venderem para quem quiser, que façam. Agora, a nossa preocupação, e eu não sou profundo conhecedor dessa matéria, mas conheço a minha região e por esta razão citei duas usinas elétricas, uma já em construção e a outra que está esperando a liberação, que essa energia, principalmente da CERCAR, lá da minha cidade, será consumida pelos seus próprios consumidores, porque a CERCAR hoje compra energia da COPEL e com a sua usina construída e gerando energia, ela será, acredito, auto-suficiente para seus próprios consumidores.

Esta é a razão que não podemos generalizar.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Permite mais um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Concordo integralmente com o seu ponto de vista. Acho que se a iniciativa privada quer gerar energia para o seu próprio consumo, não há por que dizer não e já houve, dentro do Governo, algumas liberações neste sentido.

Concordo e vou procurar advogar nesse sentido, juntamente com V. Exa. junto ao Governo do Estado.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Agradeço mais uma vez a V. Exa. e, como já disse, não poderia ser diferente. Só espero que possamos fazer com que o Paraná possa se desenvolver quanto mais melhor e eu acredito, Deputado Cheida, quanto maior a concorrência, quem ganha sempre é o consumidor. Enquanto a produção, o transporte, a distribuição da energia estiver concentrada nas mãos de uma pessoa ou de uma empresa, não teremos a concorrência, mesmo porque a própria COPEL não fixa a tarifa da sua energia.

Agradeço a V. Exa., agradeço ao Sr. Presidente, e na certeza que o Governo do Estado e V. Exa., como ex-Secretário, possam reaver, principalmente aquelas pequenas centrais elétricas que eu acabei de citar agora, neste nosso pronunciamento.

Agradeço, muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o motivo que me traz à tribuna, gostaria apenas de complementar aquilo que o Deputado Cheida já havia aqui comentado, e a Deputada Rosane também, que na manhã de hoje tivemos a oportunidade de ouvir o Sr. Vitor Hugo, Presidente do IAP, com relação ainda à questão da Usina Hidrelétrica de Mauá. a usina que está, os senhores sabem, para ser construída entre o município de Ortigueira e o município de Prudentópolis, no rio Tibagi.

É a primeira de uma série de usinas propostas para serem construídas naquele rio.

Já tivemos duas Audiências Públicas feitas pela Frente Parlamentar e hoje, ao solicitarmos a presença do Sr. Vitor Hugo, também a COPEL estava aqui e a Liga Ambiental, tivemos algumas informações que considero importantes que a Assembléia acompanhe. Primeiro, que não temos ainda, da parte do IAP, nenhuma condição, pelo menos foi o que nos foi dito, de objetivamente dizer quais são as 70 condicionantes, quais as que estão sendo cumpridas, quais as que não foram cumpridas e quais as medidas que serão tomadas para que sejam cumpridas. E agora 71, porque temos a 71ª que é a questão das minas de carvão. Mas aguardam para as próximas semanas que essa resposta venha e que não seja concedida a licença de instalação para que o parque ou o canteiro de obras da J. Malucelli, que é a empresa que vai construir a usina, comece a ser feito, enquanto não tivermos definitivamente a solução para as minas de carvão, a solução para os 10 hectares de carvão que estão colocados a 1000 metros do rio Tibagi e também a situação dos ribeirinhos.

Aliás, hoje comentamos isso, que é preciso que haja uma proposta bastante objetiva da COPEL de como ela pretende tratar a questão dos ribeirinhos. Houve um convite feito para que pudéssemos acompanhar o que foi feito em Salto Caxias, uma empreitada também da COPEL e que teve, segundo as pessoas que conhecem, uma solução para os problemas dos ribeirinhos. Acredito que devemos ter aí nas próximas semanas algumas respostas para a Usina de Mauá, até porque já havíamos nos manifestado de que não iríamos fazer novas Audiências Públicas sem que tivéssemos as respostas dessas condicionantes.

Sabemos que a COPEL pretendia que essa obra fosse iniciada em setembro. Foi adiada para outubro, hoje se fala em novembro e talvez inclusive fique para o próximo ano, se não forem cumpridas as condicionantes que estão lá. O que sabemos é que foi dito pelo Presidente do IAP que não será liberada a licença de instalação,

enquanto não forem integralmente cumpridas todas as exigências dadas pelo Ministério Público Federal, como aquelas outras da Liga Ambiental.

Na sequência, quero comunicar à Casa que protocolamos na tarde de hoje um Projeto de Emenda Constitucional com 18 assinaturas, regimentalmente previstas, para que pudéssemos dar início ao processo de apreciação de um Projeto de Emenda Constitucional que prevê a proibição da contratação de pessoas por grau de parentesco nos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, autarquias, sociedades de economia mista, prefeituras e Câmaras de Vereadores. Os Srs. Deputados que assinaram essa proposta sabem que há todo um rito. Já em 2005 havíamos protocolado o mesmo projeto. Aliás, não era o mesmo projeto, era um projeto que não previa uma série de condicionantes como esse, mas que na sequência, depois que a comissão foi instalada, teve uma série de alterações e essas alterações foram todas anexadas ao projeto que hoje reapresentamos.

Quero aqui, primeiro agradecer a todos os Deputados que assinaram, porque acredito que este não pode e não poderia jamais ser um projeto de um Deputado, porque é um projeto que prevê que, para que possamos aprová-lo, teremos que ter 33 assinaturas. Hoje assinaram inicialmente esse projeto: eu, Duílio Genari, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Ney Leprevost, Valdir Rossoni, Stephanes Júnior, Edson Strapasson, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Reni Pereira, Edgar Bueno, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Edson Praczyk, Chico Noroeste, Rosane Ferreira e Geraldo Cartário.

Obviamente que vamos, no decorrer do processo, solicitar a outros Deputados que queiram assinar o projeto, ele está na Mesa para que receba outras assinaturas, que é um processo normal.

Entendo que teremos agora um prazo não determinado para que os 5 maiores partidos da Casa possam indicar os representantes. Após esta indicação, teremos 30 dias para que essa comissão dê o seu parecer. Após esse parecer não temos prazo especificado. Lembro-me que o Projeto de Emenda Constitucional do Deputado Mauro Moraes está há 4 anos aguardando ser votado. Não temos prazo especificado para que venha ser votado.

Mas, entendo também que teremos um processo que não pode ser passional, porque quando fazemos esse debate, tem que se prender àquilo que a legislação prevê, mas, a Constituição Federal e a Constituição Estadual são muito claras. A Constituição Federal, no seu artigo 27, diz que a contratação ao serviço público seguirá obrigatoriamente os preceitos da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade. Entendemos que são bastantes contraditórios, falarmos em impessoalidade quando temos uma relação muito próxima com pessoas que estão sendo contratadas. Esse foi um dos motivos de assinar essa PEC.

Sabemos também que esse processo vai ser debatido pela sociedade. Não dependerá deste ou daquele Deputado, deste ou daquele Poder especificamente aprová-lo ou rejeitá-lo. Dependerá muito mais da sociedade, que tem se manifestado por diversas vezes, que tem se mostrado no sentido de entender que o nepotismo tem que ser, sim, eliminado da esfera pública, e que por entender assim, embora entendemos que há, conceitualmente, opiniões diferentes, elas devem ser respeitadas, mas a sociedade, hoje, tem se manifestado, tanto é que dezenas de municípios, hoje, estão buscando fazer leis específicas.

O Congresso Nacional, que já deveria ter votado essa emenda no passado, não o fez. Em fevereiro deste ano, através de manifestação feita inclusive pelo Vice-Líder do PT, da Câmara Federal, quando da votação da eleição do Presidente, uma das situações que ele colocou quando perguntado, é sobre a PEC nº 334/96, que está a 11 anos esperando para ser votada. Quais seriam as medidas que deveriam ser tomadas?

O Fernando Ferro, que é o nosso Vice-Líder no Congresso Nacional, diz que o nepotismo deve ser eliminado e considero que a PEC precisa ser discutida e votada, para combatermos essa prática inconcebível de apadrinhamento.

Acredito que o PT, hoje, a nível federal tem essa posição. O PT tem essa posição no Congresso Nacional. Saberá, a seu tempo, colocar para que possamos votar tanto a nível federal, como a nível estadual. Esse é um debate que não pode ser passional, porque ele cai na vala comum. Acho que mais que um debate sobre quem tem ou quem não tem, quem ganha e quem perde, é um debate sobre que estado nós queremos, que forma de estado queremos, que república entendemos que vivemos.

Se entendermos que vivemos numa república onde todos têm direitos iguais, obviamente que vamos buscar fazer com que o processo, nos próximos anos, nas próximas décadas, se dê através do concurso público.

Isso que nós esperamos. Eram essas as considerações, Sr. Presidente Zucchi.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PL/PRB/PV. Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz a esta tribuna é o requerimento que coloquei à Mesa pedindo o arquivamento do Projeto de Lei nº 285 de 10 de abril de 2007, onde pedíamos e tivemos aprovação desta Casa da criação de um programa pelo Governo Estadual que visasse substituir as sacolas de plástico distribuídas nos supermercados por sacolas oxibiodegradáveis.

Eu, uma Deputada do Partido Verde, estou aqui na tribuna pedindo que arquivem aquele projeto de lei.

Mas o que mudou de abril para cá? Ainda são produzidas cerca de 80 milhões de sacolas que são distribuídas nos supermercados. A grande maioria continua indo para os lixões, para as valetas, bueiros. Muitas dessas sacolas continuam matando os animais e poluindo a nossa natureza.

E por que estou pedindo o arquivamento desse projeto? Pois bem! Esse projeto de lei foi aprovado por este Plenário, foi acatado pela Mesa, tramitou na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, onde teve parecer favorável, transitou pela CCJ, foi considerada a sua constitucionalidade e hoje este projeto de lei encontra-se na Comissão de Indústria e Tecnologia sob a presidência do Deputado Edgar Bueno. O Deputado Edgar Bueno, mostrando muita qualificação, propiciou duas Audiências Públicas onde pudemos ouvir vários setores da sociedade paranaense, a indústria, algumas ONGs e aí nós repensamos o nosso projeto.

Não tenho nenhum receio de subir a esta tribuna e dizer que estou reconsiderando as minhas anotações com relação às sacolas oxibiodegradáveis.

Há 20 anos atrás, quando iniciei as minhas atividades de enfermagem, todos os centros de saúde do Paraná e acho que do Brasil, distribuíam em larga escala ácido acetil salicílico. Era o antiinflamatório da moda, as aspirinas. Hoje, sabemos que as AAS tem uma indicação única nos centros de saúde que é para fazer desagregação plaquetária, para afinar o sangue como diria minha mãe. Não usamos mais o AAS. Há 20 anos atrás tratávamos as úlceras gástricas com anti-ácidos, nunca nem sequer passava pela cabeça da área médica a existência de uma bactéria que pudesse ocasionar a úlcera, ou seja, a medicina evolui e evoluiu muito.

Hoje estou com uma tendência muito grande de questionar os aditivos, sim, que são colocados para tornar as sacolas oxibiodegradáveis. Temos um grupo muito grande que discute a eficiência e a eficácia desses aditivos que hoje diz que o aditivo, quando colocado nos sacolas de polietileno, servem única e exclusivamente para fragmentar as ditas sacolas plásticas.

Ao invés de estarmos resolvendo um problema, estaríamos agravando a situação. Não sei se essa é a verdade, mas não quero cometer um erro. Quando eu protocolei este projeto de lei, ele foi muito claro: criava no âmbito do estado do Paraná um programa de incentivo à substituição. Acontece que junto com o meu projeto havia 2 tramitando. Um do Deputado Caíto e outro do Deputado Stephanes Júnior. Os dois projetos visam a substituição imediata das sacolas de polietileno. E o meu projeto foi, na seqüência, anexado, e sairia um único projeto. Pois bem, eu não me sinto segura para pedir a substituição imediata. E por isso, eu recuo.

Trago aqui - e quero também que o senhor fale sobre isso, por isso estou retardando em lhe conceder a palavra - as sacolas retornáveis. Temos de todas as cores, temos outras sacolas, também, de uso durável. E hoje, em muitos lugares na Europa, é isso que as pessoas estão retomando. E o problema não são as sacolas que saem do supermercado e vão para as nossas casas. Não são. Pode ser qualquer sacola. O problema está nas sacolas que saem da nossa casa e vão para a rua, de volta. O grande problema não está em que tipo de sacola acondiciono o alimento, ou qual o produto que eu levo para a minha casa, mas sim que destino dou a essa sacola, depois que ela está na minha casa. Eu posso pegar uma sacola de polietileno, separar o material que é reciclável, colocar na sacola e mandar para a reciclagem. E eu tenho essa sacola, alimentando, o petróleo daquela sacola voltando para a indústria, esta coisa toda.

Agora, tenho uma outra sacola, onde coloco o lixo, propriamente dito, o lixo que também não vai para a compostagem. E aquela sacola vai para o lixão ou para os aterros, falando adequadamente, e lá ela impermeabiliza o aterro, diminui muito a vida útil desse aterro. Leva um problema e 400 anos para ser degradada.

Se adotarmos essa sacola retornável, estamos resolvendo o problema da vinda, da compra no mercado até nossas casas.

Mas, ainda, vamos continuar precisando de um tipo de embalagem, de algum sistema que acondicione nosso lixo. Quiçá, um dia, possamos reaproveitar tudo o que é produzido em nossa casa. Quiçá um dia possamos mandar para nossos aterros sanitários só o material inservível que produzimos, ou seja, o papel higiênico e os guardanapos. Quiçá. Mas, por enquanto não é desta forma que acontece. E é por isso que estou repensando, estou retirando meu projeto.

Acho que o maior de todos os investimentos - hoje conversava com uma das pessoas que compõem nossa equipe, o Loureiro, que trabalha conosco, e nós discutíamos a questão das sacolas e outras questões - e eu dizia que o que nós precisamos é investir maciçamente em educação, e aí vamos precisar cada vez menos de leis. Porque é óbvio, se tivéssemos consciência do estrago que o polietileno faz no meio ambiente - e se isso fosse compartilhado com todos os 10 milhões de paranaenses - eu não precisaria estar nesta tribuna, neste momento.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)**

Rapidamente, tão inusitado quanto o seu pronunciamento de pedir o arquivamento de seu próprio projeto, dirigir um apelo, uma súplica a V. Exa., para que não faça isso e para que mantenha seu projeto em tramitação. Esta discussão está começando, e ela só existe porque existem iniciativas como a sua, como a do Deputado Caíto, do Stephanes Júnior, dos próprios Deputados que integram a Comissão de Indústria e Comércio, enfim, a provocação desta discussão nasce daí.

Acredito que estas questões ainda não estão elucidadas. É óbvio que se fossemos falar do que é mais importante, o mais importante seria a sacola retornável. Agora, não existe a sacola retornável em número que gostaríamos que houvesse.

Então, por favor, mantenha o seu projeto. Não acredito que V. Exa. tenha ainda a necessária firmeza técnica para afirmar que é bom ou é ruim, assim como eu também não tenho, e tenho dito isso às pessoas claramente, mas acho que o debate se inicia, e o fato de não permitirmos que ele continue simplesmente arquivando um projeto que é importante, fará com que ele seja praticamente abortado. Então, dirijo este apelo a V. Exa., até porque uma vez o projeto dando entrada à Casa, vamos dizer, é uma flecha atirada ao vento, já não lhe pertences mais, mas pertence ao povo do Paraná.

#### **A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)**

Obrigado pelas palavras, Deputado Cheida, mas entendo isso até como um excesso de zelo de V. Exa. Mas temos 2 projeto que tratam do mesmo assunto tramitando. O meu projeto, como eu disse, criava um programa, eu queria que a Secretaria do Meio Ambiente discutisse essa questão, eu queria que o estado do Paraná discutisse essa questão, e eu estou absolutamente certa que alcancei o meu objetivo. Estamos discutindo, a Casa tem mais 2 projetos tramitando, então estamos discutindo o processo.

Quero agradecer, inclusive, mais uma vez o Deputado Edgar Bueno pelas discussões que colocou dentro da Comissão de Indústria e Tecnologia. Então, o meu objetivo eu alcancei. Muito obrigada. Eu realmente insisto na retirada do meu projeto.

Muito obrigada.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado a V. Exa. Com a palavra: PP/PT/PSDB/PMDB. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior***

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Gostaria de aproveitar esta tarde para falar sobre um trabalho, através do horário da Liderança do PMDB, mas um trabalho que a Comissão de Fiscalização fará aqui nesta Casa no auxílio ao esclarecimento de informações que são necessárias. Amanhã, às 11h da manhã, estará aqui, já confirmou a sua presença, Dr. Alpendre, Diretor Jurídico da ParanaPrevidência, a fim de que se façam os esclarecimentos necessários sobre as acusações e as denúncias que vêm sendo colocadas nas últimas semanas. O levantamento feito pela ParanaPrevidência, baseado nas informações que recebemos, dão conta de alguns problemas com aposentadorias junto ao Ministério Público. Por outro lado, o Ministério Público se manifesta dizendo que não existem irregularidades.

A Assembléia Legislativa, com o seu papel constitucional de fiscalização, através da Comissão de Fiscalização e por sua proposição feita na semana passada pelo Deputado Jocelito Canto, aprovada por este Plenário para que fosse feito um convite ao Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência, Dr. Alpendre, estará amanhã, às 11h da manhã, realizando uma Audiência Pública para colher o depoimento e as informações necessárias.

Quero aproveitar nesta oportunidade para convidar todos os Deputados que queiram participar dessa Audiência para estarem conosco amanhã, aqui no plenarinho da Assembléia, para esclarecer as dúvidas que eventualmente existam. Estaremos também colhendo, face a uma notícia que foi divulgada em um veículo de comunicação, dando conta de que a Comissão de Fiscalização teria informações sobre as 100 maiores pensões pagas pelo Governo do Estado a funcionários públicos aposentados.

Essa informação não está em nossa mão, não foi transmitida por deliberação da comissão. Estaremos buscando essa informação junto ao Diretor-Jurídico.

Na entrevista dizia: “Entre as 100 maiores aposentadorias pagas pelo estado, 85 favorecem ex-policiais militares lotados na Secretaria de Estado da Segurança Pública. Segundo a reportagem, a Comissão de Fiscalização teria obtido essas informações junto a ParanaPrevidência.

Desconheço essas informações, como Presidente da comissão. Conversei com alguns membros da comissão, nenhum deles conhece essa informação. No entanto, o jornal divulgou essa matéria usando o nome da comissão.

Estaremos aproveitando essas informações para solicitar ao Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência, se existe ou não essa relação das 100 maiores aposentadorias e se essas informações são verdadeiras.

Todos estão convidados. A comissão convoca os Deputados membros da Comissão de Fiscalização para amanhã, às 7h. Convidamos os demais Pares para que estejam conosco também no exercício constitucional da nossa atividade, fiscalizando aplicação dos recursos por parte do Poder Público.

É uma polêmica que tem tomado conta da mídia nas últimas semanas. Temos a obrigação de auxiliar no esclarecimento e na obtenção dessas informações.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Quero cumprimentar V. Exa. por esta colocação.

Isso aí tem cheiro de rato de esgoto, que andava nesta Casa antigamente. Sabe a quem estou me referindo.

Os ratos que não têm voto faziam isso no passado. Quem sabe seja algo ainda do passado, dos ratos.

V. Exa. tem toda a razão, não há nenhuma informação da Comissão de Fiscalização. Em nenhuma das reuniões foi levantado esse tema ainda. Deve ser de alguém que seguiu as informações.

Dizer que amanhã, na reunião, estarei reivindicando a convocação de algum representante do Ministério Público. E vamos trabalhar em cima dessa informação

também, que pode ter vindo de algum rato que andava habitando o esgoto aqui desta Casa.

Muito obrigado!

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Deputado Jocelito, V. Exa. fala da possível distribuição de informação em nome da Comissão de Fiscalização.

A atual Comissão de Fiscalização, composta por 7 membros desde fevereiro deste ano, não deliberou, não conversou sobre esse assunto, tampouco transmitiu essa informação. Mas, estaremos solicitando amanhã ao Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência a relação desses 100 nomes se é que ela existe, e certamente sem a busca de holofotes, Deputado Nereu, sem a busca da prevaricação, Deputado Jocelito, sem a busca do interesse pessoal.

A Comissão de Fiscalização tem pautado as suas ações neste sentido: transparência, correção, retidão, auxiliando o Poder Público regramento da distribuição dos recursos existentes no nosso orçamento. Esta é a função da Comissão de Fiscalização. Não a busca de holofotes, da promoção pessoal. Todos os membros da Comissão de Fiscalização até hoje tem regado a sua postura neste sentido, no auxílio a esta Casa e do Poder Público do Estado, no ordenamento das despesas públicas, evitando o prejuízo para o povo do Paraná na má verificação do dinheiro público. Esta, sem dúvida alguma, é uma das principais responsabilidades da Comissão de Fiscalização.

Quero, nesta oportunidade, agradecer aos membros da Comissão de Fiscalização. Todos os assuntos que têm sido tratados na Comissão de Fiscalização não têm sido assuntos polemizados ou transmitidos para a mídia no interesse de promoção pessoal. A fiscalização, a solicitação de informação é feita, elas nos são entregues, analisadas e as conclusões são obtidas a partir desses documentos recebidos. Agora, certamente teremos que emitir um relatório sobre um posicionamento da Comissão de Fiscalização a respeito dessa questão dessas aposentadorias do Poder Público, do Ministério Público, sobre essa questão das 100 maiores pensões existentes no estado do Paraná. A partir dessa reportagem, 85% delas estariam sendo recebidas por ex-policiais militares lotados na Secretaria da Segurança Pública, mas a Comissão, hoje, não tem essa informação.

Esclarecemos e nos comprometemos a solicitar e, mais uma vez, convidamos a todos para participarem conosco amanhã dessa Audiência, às 11h da manhã, no plenarinho desta Casa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Liderança da Oposição, Liderança do Governo.  
**(Declinam)**

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.  
**(Assentimento)**

Só para poder justificar a V. Exa. desculpe, escutei, V. Exa., mas estava ao vivo no Canal 21, não tinha como atender o horário que tinha sido inscrito. Mas, de qualquer forma, amanhã virão aqui integrantes do Movimento Popular e Social do nosso estado e vamos falar sobre a realização da 3ª Conferência das Cidades. Gostaria que V. Exa. pudesse nos inscrever para o Grande Expediente da Sessão de amanhã, porque a Assembléia tem que eleger 7 representantes para participar desse evento que será nos dias 27 e 28, em Foz do Iguaçu. Pediria que V. Exa. me inscrevesse no Grande Expediente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está inscrito, Deputado Romanelli. Usou o horário de V. Exa. o Deputado Artagão Júnior.

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Marcelo Rangel, Cida Borghetti e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados; À Diretoria Legislativa, para providências.**

A SR. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para registrar a presença da nossa colega Deputada Elza Correia, hoje coordena a região metropolitana de Londrina, que muito nos honra com a sua presença. E já aproveitamos para convidá-la, Deputada Elza, para que no dia 20 de setembro a senhora possa juntar-se a nós no 1º Encontro das 1ª Damas do Estado do Paraná, a senhora já recebeu o convite, aonde vamos tratar o assunto do “laço cor-de-rosa”, a senhora ajudou a aprovar o projeto do dia de luta contra o câncer de mama, para salvar vidas. A senhora é nossa convidada. Vem somar-se a nós a Deputada Beti, a Deputada Luciana, a Deputada Rosane também junto com os demais Deputados. Seja bem-vinda a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Nós nos somamos aos votos de boas-vindas, dados por V. Exa. Acho que é uma alegria, para a nossa Assembléia, receber aqui a ex-Deputada, nossa colega, Elza Correia.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Sra. Deputada Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis no X Encontro da ABEL - Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, a ser realizado no período compreendido entre os dias 26 a 29 de setembro de 2007, na cidade de Belo Horizonte/MG. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em Plenário no dia 11 do mês de setembro do corrente ano para o Deputado Ney Leprevost, por motivo de viagem. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2712, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando licença de 15 dias para tratamento de saúde. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ***3ª Discussão***

##### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública o PROVOPAR Ação-Social Municipal, com sede na cidade de Diamante do Oeste e foro no município de Matelândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ. Aprovado o projeto.**

## 2ª Discussão

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Governo do Estado a estadualizar a estrada Kalinosky, rodovia que liga o município de Imbituva ao município de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que estabelece vínculos de comunicação entre a instituição policial e as comunidades com o objetivo de facilitar a captura de criminosos e prevenir crimes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Mauro Moraes, visa facilitar a captura de criminosos e prevenir crimes através do fornecimento de informações acerca das características do crime e do criminoso por parte das delegacias, para as organizações não governamentais de suas respectivas circunscrições.

##### Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, estabelece a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, como titular para propor leis complementares e/ou ordinárias dentro da competência Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Além disso, o inciso XI do artigo 53 do mesmo texto legal, dispõe que:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

Ocorre que a própria Constituição Estadual também estabelece, em seu artigo 66, que a iniciativa das leis que disponham sobre a organização da Polícia Civil é privativa do Governador do Estado:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

##### Método Interpretativo

Para entendermos e interpretarmos a lei é imperativo nos valermos de critérios exegéticos, entre outros, estabelecidos pela hermenêutica. A hermenêutica é a ciência que interpreta escritos, leis, normas, editos, etc. Não podemos fazer tábua rasa na interpretação de textos da lei através de leitura perfunctória ou destituída de acuidade legislativa analisando um texto fora do seu contexto. A interpretação exige aprofundamento. A princípio não podemos afastar três requisitos gerais e básicos para sua interpretação quais sejam: a *Ratio Legis*, *Occasio Legis* e *Mens Legis*.

Em outras palavras temos aí a interpretação pelos aspectos extrínsecos e intrínsecos da lei, ou seja, a compreensão *lato* e *strictu sensu* que nos conduz a interpretação sobre o que o legislador pensava a (*Mens Legis*); quando editou a lei, a sua ocasião, o momento da sua edição (*Occasio Legis*); e por último o porquê da sua criação, qual a sua finalidade, ou seja, a (*Ratio Legis*), que em última análise é a razão da existência das leis, dos códigos, das normas e editos.

Feito este preâmbulo, é de se ressaltar o vazio de comentários jurídicos relativos à Constituição Estadual. Simplesmente inexiste obra a respeito. Portanto, ante a supressão de comentários e interpretação de intelectuais e catedráticos da hermenêutica relativamente a Constituição Estadual do Paraná, é imperativo que nos atenhamos aos critérios e conceitos teleológicos e ontológicos da lei maior - Constituição Federal, visando abstrair-se o que realmente o legislador quer nos dizer.

##### Da Legitimidade e Legalidade

Em parecer de “análise prévia” ao Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a Competência Legislativa de caráter pívativo e suplementar, invocou os artigos 22, inciso XXVII, 24, parágrafo 2º e artigo 25 parágrafo 1º, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

Pois bem, fazendo justiça ao brilhante parecer da douta CCJ nos valem da inteligência da sua tese à qual nos filiamos para com ela fazer coro.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da Competência Privada e Suplementar para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se sabiamente do preceito insculpido no artigo 22, 24, parágrafo 2º, e 25 parágrafo 1º da Constituição Federal.

Assim, segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado a Constituição da República assegura a competência privativa da União nas hipóteses em que especifica, porém não exclui a competência suplementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a CCJ através do seu competente corpo a técnico arrematou a questão citando o parágrafo 1º do artigo 25 da mesma constituição que dispõe: *São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição.*

Para melhor clarear a questão, valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho<sup>1</sup>, que assim definiu:

Competência Privativa:

*é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.*

Competência Suplementar:

*é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche aos vazios da norma geral; para alguns ela é complementar.*

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da União para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da carta mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares, *in casu*, em seus artigos 65 c/c o artigo 66 e incisos da Constituição estadual.

É notável o texto do *caput* do artigo 66, da Constituição Estadual, a expressão *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ...* e o artigo 65 em comento que dispõe que: *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ... na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Referindo-se o artigo 65 à competência geral, inclusive da Assembléia e o 66, do Executivo Estadual sobre as mesmas questões de mesma natureza atribuindo a constituição competências a ambos os poderes, conclusivamente chega-se ao entendimento que o artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 65 a competência suplementar ou concorrente.

Infere-se, portanto que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional. Fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual, que não pode fugir a regra da her-

1. Curso de Direito Constitucional, 30ª ed. Saraiva., 2003. p.6.

menêutica Constitucional Federativa, pois se assim fosse, constitucional não seria.

### No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto do nobre Deputado Mauro Moraes propõe apenas a publicização dos atos criminosos e seus autores, utilizando-se inteligentemente das organizações não governamentais sem, contudo, alterar o contingente numérico da instituição policial, nem sua organização, ou seja, apenas informando dados, inclusive limitando-se à sua circunscrição que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário, ressalvadas as despesas ordinárias de material, ônus esse já previsto na LOA e LDO.

Se por um lado o Executivo Estadual detém o poder da competência privativa para organizar a Polícia Civil do Estado, a Assembléia Legislativa, no seu âmbito de atuação e como poder legisferante, pode dispor supletivamente de matéria de mesma natureza.

Considerando-se que o legislador atribuiu competência privativa ao Executivo Estadual para organizar a Polícia Civil em seu artigo 66, III, e de igual modo atribuiu ao poder legisferante, através da Assembléia Legislativa, poder e competência para dispor sobre todas as matérias de competência do estado (artigo 53, *caput*), e especificamente sobre o mesmo assunto (inciso XI do mesmo artigo), podemos asseverar que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assembléia, valendo-se de outras prerrogativas regimentais, possa legislar sobre a mesma matéria concorrentemente.

### Conclusão

No mérito, os artigos invocados pela CCJ para declarar o posicionamento contrário à aprovação do presente projeto padece de uma melhor análise, *data vênia*, posto que a própria Constituição Federal, legitima a matéria no que pertine à competência, bastando uma leitura mais acurada dos textos.

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 195/07

#### P A R E C E R :

De autoria do Deputado Mauro Moraes o presente projeto de lei estabelece vínculos de comunicação entre a instituição policial e as comunidades com o objetivo de facilitar a captura de criminosos e prevenir crimes.

A proposição que já foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual emitiu parecer favorável, remete a esta Comissão de Segurança Pública, que conclui:



Ainda que haja a existência de práticas adotadas pelo estado no combate ao crime e a criminalidade, simultaneamente, a Legislação, ressurgiu a necessidade de adoção de medidas e mecanismos contributivos à melhoria da ordem social.

O projeto de lei em questão, assim, compreende-se em uma destas ferramentas necessárias a disseminação de práticas sociais no combate à violência e a reincidência criminosa.

É, como propõe o nobre Deputado, com a efetiva participação da sociedade e com o conhecimento do estado compartilhado a ela, que efetivamente poderemos buscar a agilidade da aplicação da justiça à delinquência.

Portanto, chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.05.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Estabelece a obrigatoriedade da publicação de balanços e demonstrativos por parte das Entidades ONGS, OSCIPS, Fundações e Associações que recebem verbas de subvenções e auxílios ou parcerias do Governo do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº031/07 em 18/04/07, de Projetos de Lei). **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/07

#### P A R E C E R :

Objetiva o nobre parlamentar autor da proposição sob exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Ney Leprevost, estabelecer a obrigatoriedade da publicação dos balanços e demonstração de resultado das Entidades não Governamentais - ONGs, das Organizações Sociais, com interesse público - OSCIPs, das Fundações e das Associações que recebam verbas públicas a título de subvenção, auxílio ou parceria, em jornal de grande circulação, no município em que estejam situadas.

A obrigação legal que o autor da proposta pretende impor é instrumento moralizador da utilização dos recursos públicos através da transparência e da exposição aos cidadãos quanto a aplicação de recursos públicos, por parte daqueles que os recebem de forma direta ou indireta.

Obrigatoriedade nesse sentido já vem estabelecida nas Constituições Federal e Estadual e em legislações infraconstitucionais, como a Lei 9790/00 - Lei das OSCIPs.

A gestão e utilização do patrimônio público em geral, sejam valores pecuniários ou quaisquer outros bens, está obrigatória e indissociavelmente vinculada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência e

economicidade, artigo 27 da Constituição Estadual, repetidos na Lei 9790/99 - artigo 4º, I.

A Carta Magna Estadual em conformidade com dispositivo da Carta Federal estabelece também obrigatoriedade da prestação de contas por parte de todo aquele, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que utilizar dinheiro, bens ou valores públicos, perante a Assembléia Legislativa - Artigos 74 e 75.

Mais especificamente, a Lei 9790/99, que disciplina as OSCIPs, prevê em seu 4º, incisos I e VII, alíneas b e d, a obrigatoriedade da publicidade da aplicação dos recursos recebidos e a sua fiscalização pelo Poder Legislativo em expressa remissão ao parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal (artigos 74 e 75 da Constituição Estadual).

As instituições privadas de que trata este projeto, são regidas pelo direito civil, cuja competência legislativa é privativa da união, artigo 22, inciso I, da Constituição Estadual, todavia em se tratando do controle dos recursos públicos do erário paranaense, é competente este Poder Legislativo Estadual para estabelecer normas voltadas a maior segurança, transparência e controle da aplicação de tais recursos.

Não obstante, a redação proposta deverá ser alterada para efeito de sanear a proposta, de modo a não caracterizar invasão da competência legislativa da união, na forma do substitutivo geral, anexo.

Portanto, favorável é o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei ora analisado, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 279/07

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º, da redação originalmente proposta, conforme segue:

*Art. 1º As instituições privadas que recebam recursos públicos estaduais, a título de subvenção, auxílio, ou parceria, deverão publicar semestralmente, em jornal de grande circulação no município ou na região em que estejam localizadas, seu balanço e a demonstração de seus resultados.*

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 279/07

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a instituição de obrigatoriedade da prestação de contas por

parte das instituições privadas que recebem recursos públicos estaduais.

Tendo em vista que o escopo do projeto não indica gastos por parte da Administração Estadual, não demandando gastos imediatos e impacto certo aos cofres públicos, desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede título de Cidadã Honorária Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da comarca de Loanda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/07

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, concede o título de Cidadã Honorária Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da comarca de Loanda.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 quem em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

Vamos proceder à votação nominal.

O SR. LUIZ ACCORSI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Coloquei esse Projeto nº 441/07 para apreciação dos Deputados, que concede título de Cidadã Honorária Paranaense para a Dra. Elisabeth Kather, que é Juíza da comarca de Loanda, há praticamente 20 anos. A comarca de Loanda pertence à cidade de Porto Rico, jurisdição São Pedro e Monte Castelo. Ela teve várias oportunidades para se transferir para um centro maior, mas ficou na nossa cidade, porque participa de todas as entidades assistenciais não só da nossa cidade, como da nossa região.

E pediria aos nobres Pares, porque quem está pedindo o voto é o Deputado Accorsi e não a Dra. Elisabeth, que me ajudem nessa votação.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas também para fazer coro às palavras do Deputado Luiz Accorsi e testemunhar aqui a grandeza de alma, de espírito e de trabalho da Dra. Elisabeth Kather. Eu a conheço e a toda a sua família, desenvolve um trabalho de extraordinária importância no Judiciário do noroeste do estado do Paraná. Não há dúvida nenhuma que a Sessão de um título de Cidadã Honorária Paranaense a essa Meritíssima Juíza engrandece a Assembleia Legislativa do Paraná e o povo do nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

A nossa bancada tem uma relação direta com os movimentos sociais ligados a assentados, que estão acampados, às pessoas que são ex-sem terra, pequenos agricultores e sem-terra. As informações que nos chegam é de que essa Juíza já agia com uma certa parcialidade em determinados assuntos. Nos chegaram também informações de fatos denunciados na Corregedoria do Tribunal de Justiça. A nossa bancada não se sente à vontade em votar favorável a esse título de Cidadã Honorária. Aliás, gostaria de fazer uma sugestão à Mesa, de público: é muito ruim, do ponto de vista da Casa. O ideal seria que todos os encaminhamentos de Deputados de homenagem a paranaenses, que se discutisse junto com os Líderes, se explicasse, deixasse por um tempo o nome circulando, para que houvesse unanimidade nesta Casa. Já ocorreu outros fatos em que não houve unanimidade nesta Casa. E agora a votação é pública, a votação é aberta.

Então, a nossa posição, a posição da bancada em função de relação que temos com os movimentos sociais, em função de atitudes tomadas, não temos como votar favorável.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo aqui a discussão ideológica. Temos a Juíza Elisabeth que esteve lá na região de Loanda, onde cumpriu a lei, aquilo que está escrito nos códigos ela cumpriu, em especial no momento de despachar sobre as reintegrações de posse das propriedades que haviam sido - na nossa forma de pensar - invadidas, na forma de a Esquerda pensar, ocupadas. Eu acho que neste momento votarmos aqui na Assembléia no título de Cidadania é hora, depois de estar aqui, de ser apresentado de a Assembléia se posicionar.

Quero pedir aos Srs. Deputados para votarem favoravelmente a esse título de Cidadã, porque em um passado próximo tivemos um título que foi dado para uma pessoa, cito aqui o Dom Ladislau, que tem uma participação dentro dos movimentos sociais no estado do Paraná, e toda a Assembléia Legislativa votou favoravelmente à posição dele naquele momento. Acho que é uma questão, aqui dentro do plenário da Assembléia Legislativa, de independência, e naturalmente espero que todos votem por unanimidade esse título de Cidadã à Juíza Elisabeth Kather.

**O SR. LUIZ ACCORSI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só queria falar aos nobres Pares que votamos nesta Casa para o Zé Dirceu, e foi aprovado.

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, conheci um pouco do trabalho dessa Juíza. Só faço a seguinte reflexão: um título de Cidadão Honorário é a maior honraria que podemos oferecer a uma pessoa, através de um projeto desta Assembléia. Vi uma notícia no jornal sobre essa Juíza e só isso já me faz refletir e me posicionar contra esse título de Cidadã Honorária.

O que esperamos de um Juiz ou de uma Juíza, uma pessoa que ocupa um posto desse, é que cumpra a lei esperamos que tenha o máximo de imparcialidade possível. E essa Juíza, certa vez estava em uma festa no município onde é Juíza, confundiu um jornalista da Folha de São Paulo com um policial e fez o seguinte comentário: que ela estava comemorando ali com os seus amigos fazendeiros alguns despejos que houveram na região. Sabe, ela pode ter dado o despejo de acordo com a lei, certinho, enfim é isso que defendemos, aqui, aquilo demonstrou uma parcialidade muito grande da parte dela.

Então, acho que um título de Cidadão Honorário, a maior honraria do estado, tem que ter uma grande unanimidade dos paranaenses para se conceder esse título. Por esse motivo, por esse episódio, eu voto contra.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só queria manifestar aqui, acho que o título de Cidadão que algum Deputado apresenta, nunca procuro discutir.

Quando um companheiro apresenta é sinal que ele quer homenagear alguém no estado do Paraná. Eu não discuto aqui título de ninguém, nem que seja do meu pior adversário. Há um entendimento que um membro desta Parlamento quer oferecer um título àquela pessoa, ele deve ter pelo menos uma coisinha boa.

Então, quero dizer que sou favorável a todos os títulos que apresentarem aqui e jamais votarei um título contra a qualquer pessoa que algum companheiro propuser aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Em votação. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto deverão votar com a expressão SIM. Os contrários ao projeto deverão, obviamente, votar com a expressão NÃO.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Vinte e sete Srs. Deputados votaram SIM.

Sete votaram NÃO.

Quatro se abstiveram.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

**Está aprovado o projeto do Deputado Luiz Accorsi.**

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Para título de Cidadão Honorário precisa ter maioria absoluta ou maioria simples?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Maioria simples.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que dá nova redação ao inciso I do artigo 4º da Lei nº 10671/93 (Taxa Ambiental). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 447/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, tem o objetivo de dar nova redação ao inciso I do artigo 4º da Lei Estadual nº 10671 de 1993, que dispõe acerca da substituição do termo módulo rural por módulo fiscal.

**Legitimidade e Legalidade**

Inicialmente devemos destacar a Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 65 assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Neste contexto, deve-se destacar que o processo de alteração legislativa deve respeitar o instrumento criador da norma, ou seja, a lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado para sua criação.

Nessa mesma esteira, estabelece a Constituição Estadual em seu artigo 53, inciso III:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;*

Nesse sentido, tendo em vista o artigo 4º da Lei nº 10671/93, tratar de isenção de taxa ambiental e a matéria ser de competência concorrente da união, dos estados e do distrito legislador sobre o tema, não encontra-se nenhuma contrariedade para a propositura do projeto. Vejamos o que estabelece o artigo 24, I da Constituição Federal.

*Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.*

Diante dessas situações, verifica-se a plena condição de prosperar o presente projeto, haja vista que, não encontra contrariedade alguma a disposição estabelecida em razão de se tratar de matéria de competência concorrente.

#### **Conclusão**

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 095/98, bem como quanto a propositura e legitimidade da lei.

Diante do ora exposto, o parecer é pela aprovação e regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 447/07

P A R E C E R :

#### **Relatório**

Projeto de lei de iniciativa do Deputado Pedro Ivo, que propõe a alteração do termo “módulo rural” para “módulo fiscal”, no inciso I, do artigo 4º, da Lei da Lei

Estadual nº 10233/93, que foi introduzido nesta Lei Estadual nº 10671/93, e que trata da isenção da taxa ambiental na inspeção florestal em imóveis rurais.

A proposição já recebeu parecer favorável, com parecer do ilustre Deputado Professor Luizão, na Comissão de Constituição e Justiça, e encontra-se nesta comissão para receber parecer quanto à sua compatibilidade financeira e orçamentária pública, vez que se trata de matéria tributária.

#### **Voto do Relator**

Primeiramente observa-se, a nosso ver, um equívoco de redação legislativa, não observada na Comissão de Constituição e Justiça, vez que a norma a ser alterada é a Lei Estadual nº 10233/92, embora a alteração seja da redação introduzida nesta Lei Estadual nº 10671/93. No entanto, esta apenas alterou aquela. Portanto, este o diploma legal, já com a nova redação, é a lei que deve sofrer, eventualmente, a nova reforma.

Sugere-se a retificação por ocasião da redação final do texto.

A finalidade da proposição, segundo justifica o seu autor, é sanar uma impropriedade na lei, vez que alega ser impreciso o termo módulo rural em matéria fiscal, o que gera dúvidas na aplicação da lei por parte do órgão ambiental.

Por isso, propõe a simples substituição do termos “módulo rural” por “módulo fiscal”, no inciso indicado.

Com razão o proponente.

O que é módulo rural e o que é módulo fiscal e qual a diferença entre os mesmos?

Utilizando-se de interpretação dada à legislação e divulgada pelo INCRA, módulo rural é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. É calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização, e tem por objetivo definir o que seja propriedade familiar. Ao passo que módulo fiscal, embora também seja uma unidade de medida expressa em hectares, é fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante no município, renda obtida com a exploração predominante e outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada. É o conceito de propriedade familiar estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis rurais do município.

O módulo rural é utilizado para definir os limites da dimensão dos imóveis rurais no caso de aquisição por pessoa física estrangeira, residente no país, na definição do enquadramento sindical, para definir os beneficiários do crédito fundiário, etc. Ao passo que o módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, e utilizado para definir o cálculo do Imposto Territorial Rural - ITR. Módulo fiscal e, por-

tanto, uma forma de catalogação econômica dos imóveis rurais, variando com base em indicadores econômicos e de produtividade de cada região e indicadores específicos de cada imóvel.

O aspecto econômico-social do módulo fiscal é facilmente verificado nos parágrafos do artigo 50 do Estatuto da Terra, tanto que o imposto nem incide sobre área igual ou inferior a um módulo fiscal, desde que em tal área haja cultivo estritamente familiar.

O cálculo de quantos módulos fiscais possui cada imóvel rural leva em consideração dois aspectos: a região em que se encontra (aspecto geral) e as particularidades do imóvel (aspecto particular).

O aspecto geral está expresso no parágrafo 2º do artigo 50, que define a determinação do módulo fiscal por município, que será expresso em hectares e quantificado com base nos seguintes fatores:

- a) o tipo de exploração predominante no município;
- b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e
- d) o conceito de “propriedade familiar”.

Quanto ao aspecto particular do imóvel, o parágrafo 3º do artigo 50 prevê *o número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do município*. O parágrafo 4º do mesmo artigo estabelece: *constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal*.

Continua ainda o parágrafo 4º: *não se considera aproveitável: a área ocupada por benfeitoria; a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente ou reflorestada com essências nativas; e a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária e florestal*.

A definição de isenção deve-se, portanto, seguir a mesma lógica: critério econômico, que deve levar em consideração não apenas o aspecto geral (tamanho do imóvel dividido pelo módulo fiscal da região), mas também o aspecto particular do imóvel, ou seja, devem ser desprezadas as áreas economicamente não aproveitáveis.

Para efetuar tal cálculo com segurança, bastaria consultar a declaração do ITR, em que constam ou devem constar tais informações.

Assim, é bem possível que um imóvel rural com uma área total de hectares localizado em um município paranaense, tenha menos módulos fiscais, em virtude do desconto das áreas economicamente prejudicadas, e seja, portanto, beneficiário da gratuidade legal.

Como cabe a esta Comissão de Finanças analisar impactos financeiros e orçamentários das proposições, a verificação neste momento deve ser focada primeiramente se haverá aumento ou diminuição da arrecadação

de tributos estaduais, no caso da taxa ambiental, e em um segundo momento, a conveniência do mesmo.

Como módulo rural não coincidir com módulo fiscal, conclui-se que pode haver impactos na arrecadação desta taxa. No entanto, impossível exigir estudos conclusivos sobre esses impactos, vez que se trata de definir as isenções nos pedidos de inspeções florestais, os quais sequer têm valores previamente estimados em peça orçamentária. Ademais, a diferença é muito mais para esclarecer e facilitar a cobrança da referida taxa, do que o próprio impacto, de questionável possibilidade de fixar previamente.

Assim, por ser a definição correta para fins fiscais, entendemos que a proposição deve tramitar da forma como apresentada, apenas com a retificação em redação final da lei a ser alterada.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pela aprovação, sob o aspecto de impacto financeiro-orçamentário e também da conveniência e oportunidade da proposição inserta no Projeto de Lei nº 447/07, nos termos da redação original, com a modificação da lei a ser alterada, objeto de redação final.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

## **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 447/07**

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 447/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, tem por finalidade alterar a redação ao inciso I do artigo 4º da Lei Estadual nº 10671 de 1993, que versa acerca da isenção da taxa ambiental.

#### **Relatório**

A proposição em tela propõe a alteração de terminologia que procura dar consistência quanto a quantificação da medida, vez que o termo módulo rural não remete a precisão uniforme no estado do Paraná, enquanto que a terminologia módulo fiscal trata-se de termo utilizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, corroborando na forma satisfatória para a definição dessa quantidade.

#### **Mérito e Oportunidade**

O proponente está investido de reta finalidade ao proporcionar, a partir da alteração proposta, uma forma precisa e uniforme para delimitar a área objeto de isenção da referida taxa de inspeção florestal.

De sorte que o projeto é oportuno, pois afastará qualquer possibilidade de transtornos nas cidades do Paraná.

#### **Voto do Relator**

O projeto em tela, está calcado de real necessidade e irá padronizar em todo o território paranaense o real

entendimento da área devida a ser alcançada pela norma. Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 447/07.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
LUIZ MALUCELLI - Relator

Em votação.

#### O SR. PEDRO IVO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse projeto visa corrigir uma intenção que o Governo do Estado tinha lá em 1993, que era o próprio Governo Requião, de ceder a isenção de taxas ambientais aos pequenos agricultores. O problema era que a lei se tornou praticamente inaplicável, porque cedia para quem tinha até 2 módulos rurais. O que acontece é que há uma variação de quanto é um módulo rural. Varia muito conforme a atividade. Por exemplo, na pecuária, um módulo rural é um número X de hectares, para a fumiçultura é bem menos, para a horticultura é bem menos. Então, a palavra módulo rural tornava a lei inaplicável. O próprio pessoal do IAP não sabia, aquele agricultor, quantos módulos rurais ele tinha.

Então, estamos substituindo nesse projeto a palavra módulo rural por módulo fiscal, que é a média desse módulos rurais. Então, acaba sendo módulo fiscal uma linguagem que todos conhecem, o próprio agricultor conhece e é possível fazer com que essa lei cumpra a sua finalidade inicial.

Peço apoio de todos para o projeto.

#### O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Apenas para dizer que esse projeto de lei do Deputado Pedro Ivo, efetivamente, resgata um erro e é um projeto extremamente meritório. No Paraná, a média do módulo fiscal é de 20 hectares, portanto estamos falando de propriedades de até 40 hectares em média. São propriedades pequenas e que pagam uma taxa de fiscalização de aproximadamente R\$ 100, dependendo do tamanho da propriedade e dependendo do tamanho da distância que o órgão ambiental está do local a ser fiscalizado. São pequenos agricultores que, segundo o IPARDES e o IBGE, não recebem uma renda maior do que R\$ 800 por mês. Então, R\$ 100 de taxa é uma quantidade significativa. É um projeto de extraordinária importância não só para órgãos ambientais, mas principalmente para os agricultores que são a maioria do povo do nosso estado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

#### TEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs

7 e 8 da quadra nº 100, do loteamento urbano daquela cidade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/07, de 19/06/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 453/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar a doação dos lotes nºs 7 e 8 (sete e oito) ao município de Céu Azul, do loteamento urbano daquela cidade. O referido imóvel pertence ao patrimônio do estado do Paraná e o projeto visa destiná-lo à implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e de Unidade de Saúde Municipal.

##### Fundamentação

Tal pretensão encontra respaldo constitucional, tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Cretella Júnior<sup>1</sup>, citado por Maria S. Z. Di Pietro, explica que bens do domínio público são *o conjunto das coisas móveis e imóveis de que é detentora a Administração, afetados quer a seu próprio uso, quer ao uso direto ou indireto da coletividade, submetidos a regime jurídico de direito público, derogatório e exorbitante do direito comum.*

Desta forma, a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XIII - bens do domínio público;

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do estado; (Grifos nossos)

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social. (Grifos nossos)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Logo, verifica-se a subsunção do projeto ao exigido em lei, portanto em razão dessas previsões constitucionais não há óbice quanto a sua tramitação.

##### Conclusão

1. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18ª ed. pág. 581.

Diante dos fatos apresentados, e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 453/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Céu Azul, os lotes n° 7 e 8 na quadra n° 100, do loteamento urbano daquela cidade.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação entende que a proposição objetiva melhorar um serviço público básico na busca da consolidação da política e de assistência social, sendo de fundamental importância o apoio do Governo do Estado auxiliando o referido município na implantação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição n° 453/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 471/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que institui a obrigatoriedade de tradução simultânea, aos portadores de deficiência auditiva, nas propagandas oficiais veiculadas pelo estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. Aprovado. (Publ. no DA n° 073/07, de 28/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 471/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, institui a obrigatoriedade de tradução simultânea aos portadores de deficiência auditiva, nas propagandas oficiais veiculadas pelo estado do Paraná.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

*Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;*

(...)

*§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

*Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservados aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n° 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N° 471/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Osmar Bertoldi tem se revelado um Parlamentar competente, com destacada atuação nesta Casa de Leis, sempre defendendo causas do mais alto alcance social.

Desta vez, o ilustre colega, preocupado com as pessoas portadoras de deficiência auditiva, traz, à luz do debate, o interessante projeto que, se aprovado, e transformado em lei, vai tornar mais fácil a vida dessas pessoas. Osmar Bertoldi, com seu projeto, torna obrigatória a transmissão, simultânea, a esses deficientes, todas as propagandas do Governo do Estado inseridas nos veículos de comunicação.

A matéria não causa nenhum impacto financeiro aos cofres públicos, sendo louvável a iniciativa humanitária de seu autor.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação, com a homenagem ao autor do projeto, pela feliz iniciativa.

Sala das Comissões, em 03.09.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento n° 2689, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, há poucos minutos atrás recebi uma ligação de Nova Fátima, de um Vereador preocupado, que o comentário na cidade é muito grande a respeito de fechar a comarca de Nova Fátima. Da mesma forma que nesse final de semana estive em São João do Triunfo e alguns dos Vereadores vieram perguntar se realmente fecharia a comarca de São João do Triunfo.

Não sei se esta Casa, o Presidente da Assembléia foi comunicado oficialmente pelo fechamento dessas comarcas. Não sei se o Líder do Governo tem conhecimento, parece que ele tem, mas se não tem, eu tenho. Como representante do povo de diversos municípios do estado, lamento que esse comentário surja, porque a presença do Juiz se faz necessária em qualquer município do Paraná. Não importa se tem 2, 3, ou 5 mil habitantes. Quando se cria o município, o município tem que ter o propósito de ter todos esses segmentos da vida: o Promotor de Justiça, o Delegado de Polícia, o Juiz, o Prefeito, o Presidente da Câmara dos Vereadores.

Nós apresentamos um projeto do saudoso Deputado Aníbal Khury, Presidente desta Casa, onde ele garantiu ao Tribunal de Justiça o recurso necessário para que haja um bom desenvolvimento, um grande prestígio desta Casa ao Tribunal de Justiça, abrindo o espaço para que eles tenham o suporte financeiro. Esse suporte financeiro está naquele projeto apresentado que é o FUNREJUS. Não acreditamos e ficamos apreensivos, se é que procede esse comentário das autoridades do Tribunal de Justiça do fechamento das comarcas do Paraná.

Entendo que precisamos abrir outras. Inclusive, tenho um requerimento caminhando nesta Casa propondo a comarca de Mandirituba. Por quê? Porque tem mais de 20 mil habitantes e ainda passaria a agregar o município de Agudos do Sul e o município do Piên, da mesma forma que Quitandinha.

Ou seja, não podemos entender, em hipótese alguma, que haja o fechamento de comarcas, porque caso contrário, esta Casa tem que rever o projeto apresentado ao FUNREJUS, que os advogados quando entram nos cartórios geralmente lembram das pessoas que aprovaram esse projeto, dos Deputados, e não lembram de boas maneiras, não, geralmente eles xingam os Deputados porque aprovamos esse projeto do FUNREJUS.

Por isso que ficamos aguardando, com muita ansiedade, que vá a caráter de urgência para que esta Casa tenha uma resposta a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Para encaminhar o Deputado Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero transmitir a Casa palavras tranquilizadoras com relação à preocupação do Deputado Geraldo Cartário, porque ainda hoje pela manhã, eu e o

Deputado Alexandre Curi estivemos conversando com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Vidal Coelho. Foi muito interessante, porque pudemos tocar justamente nessas duas comarcas. São João do Triunfo, o próprio Desembargador disse: “Não é possível fechar uma comarca que tem mais de 50 anos de existência”.

Ouvindo falar em São João do Triunfo, claro, me ocorreu imediatamente o boato sobre a questão da comarca de Nova Fátima, na qual V. Exa. foi o mais votado, mas que eu também tive uma grande votação e temos um compromisso com aquela cidade, com aquela região. Também falei sobre Nova Fátima e, novamente, o Presidente do Tribunal de Justiça manifestou ser contrário à extinção da comarca de Nova Fátima.

Ao contrário, na visão do Presidente Vidal Coelho, não foi a primeira vez, é mais do que a primeira vez, quando ainda discutíamos a questão que envolvia o aumento do percentual do Poder Judiciário, justamente, a intenção que ele tem na gestão dele, de aumentar a prestação jurisdicional na 1ª Instância, que é o grande desafio que tem para levarmos Justiça para a nossa população.

Por isso, Deputado Cartário, quero dizer que o seu pedido de informação, na minha avaliação deveria ser transformado até num requerimento, ou num expediente, num ofício endereçado, porque certamente V. Exa. vai receber esta resposta que estou aqui me manifestando, porque foi o que eu ouvi do Presidente Vidal Coelho, na manhã de hoje, junto com o Deputado Alexandre Curi. Quem conhece o Desembargador Vidal Coelho sabe que ele não é um homem que tem duas palavras, só tem uma.

Então, eu sei que V. Exa. fez uma manifestação, mas penso que é desnecessário enviarmos este requerimento, como pedido de informações, na medida que acho que estou prestando uma informação, e V. Exa., se desejar, poderia encaminhar um expediente normal, um ofício, ao Presidente do Tribunal de Justiça, que ele responderá desta forma objetiva, até porque acho que não é o caso de merecer um pedido de informações, em função das informações que oportunamente, por absoluta coincidência, posso transmitir, em relação à preocupação de V. Exa.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (Pela Ordem)**

Cabe a esta Casa oficializar este comentário, porque ele chegou aos ouvidos o Deputado Líder do Governo Romanelli, do Deputado Alexandre Curi e certamente aos ouvidos de outros Srs. Deputados. Para tranquilizarmos os municípios, precisamos que haja uma resposta oficial do Tribunal de Justiça. É o que eu sempre digo: se nesta Casa não tivermos pelo menos o direito de procurarmos informações e oficializarmos os pedidos, aí, sinceramente, não há porquê de estarmos aqui.

Para isto, com todo respeito ao Deputado Romanelli, mas continuo pedindo que este nosso requerimento



chegue ao Tribunal de Justiça, que não está, aqui, ofendendo ninguém. Pelo contrário, apenas trago uma preocupação das comunidades que relatávamos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Sr. Presidente, só quero registrar meu voto no sentido de que é desnecessário enviar este expediente, como pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
V. Exa. vota contra o requerimento?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Não, quero dizer que voto contra e queria argumentar, só para complementar, dizendo o seguinte: chamar a atenção dos Srs. Deputados no sentido de que temos que ter uma relação, entre os Poderes, de respeito. O estado do Paraná tem três Poderes, para quem não sabe: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E não é necessário que possamos obter uma informação através de um instrumento constitucional, como um pedido de informações, para uma questão que poderia ser suscitada através do expediente.

Por isso, quero encaminhar contrário à aprovação do pedido de informações nos termos nos quais está.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Em votação o requerimento...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Peço à minha bancada, para que possamos rejeitar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Está encerrado o encaminhamento, Deputado...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)  
Ele está encaminhando, também quero encaminhar.

Muito obrigado, Deputado Zuchinho. Sr. Presidente, encaminho favorável ao Deputado Cartário, até porque o Deputado Romanelli ainda não trouxe a nota da televisão. A nota dos R\$ 700. O senhor ficou de trazer e não trouxe. Então, espero que o Deputado Romanelli traga a nota da televisão, da CCE de R\$ 700.

Por outro lado, fiquei espantado, aqui, agora, com o pronunciamento do Deputado Romanelli, que falou da harmonia entre os Poderes. E vi na “escolinha”, semana passada, a harmonia entre os Poderes. O Governador tratando com harmonia os Poderes, o Ministério Público e os demais Poderes. Então fiquei abismado, aqui, com o pronunciamento do Deputado Romanelli, que diz que tem que haver harmonia entre os Poderes. Harmonia,

acho bom. Acho muito bom ter harmonia. Agora, o que não pode é de repente um Poder fazer uma coisa que não está de acordo com a lei, e o outro fazer de conta que não vê. Isto, não concordo.

Por isso, voto favorável ao requerimento do Deputado Cartário e quero deixar nos Anais desta Casa esta preciosidade do Líder do Governo, dizendo que é preciso ter harmonia entre os Poderes. Espero que o Deputado Romanelli consiga fazer isso com o nosso Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Está aprovado o requerimento.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)  
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Sr. Presidente, V. Exa. não colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Coloquei em votação e foi aprovado. V. Exa. pode pedir verificação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Quero pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Vai-se proceder a verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)  
Longe de querer discordar de V. Exa., mas V. Exa. não anunciou o resultado. Está aprovado o requerimento. E o Deputado Romanelli, para mim, justificou o voto, ele não pediu verificação. E o Romanelli não falou mais nada.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (**Pela Ordem**)

Todos os Deputados leram, ouviram o requerimento. Eu gostaria que fosse lido porque dá a impressão que estamos xingando o Presidente do Tribunal de Justiça. E estamos usando as prerrogativas. Logicamente, se eu fosse Presidente da Assembléia, era recebido pelo Presidente do Tribunal de Justiça e obtinha informações pessoais, mas a minha função não é um problema pessoal, é um mandato que o povo me deu, e estou fazendo um pedido precisamente nesse sentido. A minha prerrogativa é um requerimento através da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
(**Lê requerimento do Deputado Geraldo Cartário**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Desculpe, Presidente, V. Exa. disse que era um pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

E é um pedido de informação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não, não é, não nos termos regimentais. Desculpe mas não, ele solicita informações, requer informação, mas não é pedido de informações nos termos regimentais desta Casa.

V. Exa. desculpe, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requer informações está bom. V. Exa. mantém o pedido de informação?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nos termos que está redigido o ofício, como não é pedido de informação eu retiro, porque ele solicita esclarecimentos. É uma solicitação de esclarecimentos, está aqui no corpo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Talvez a súmula não esteja de acordo. Perfeitamente.

**Está aprovado o requerimento.**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para fazer uma questão de esclarecimentos. Pela Constituição Federal, Poderes são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Ministério Público não é Poder.

O Deputado Jocelito Canto se referia a uma briga entre Poderes se referindo ao Ministério Público e ao Executivo, e o Ministério Público, não é Poder, volto a afirmar, a não ser que mudemos a nossa Constituição Federal, o que ainda não ocorreu.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Não é Poder mas manda mais que os outros Poderes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2690, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2691, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2693, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2698 a 2701, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Tenho uma dúvida com relação se título de Cidadão Honorário precisa de maioria absoluta ou maioria simples. Eu fui informado pela assessoria da Casa que no projeto de lei que estabeleceu o título de Cidadão Honorário precisa de maioria absoluta.

Então, vou entrar com uma informação por escrito, para que a Mesa me esclareça quantos votos precisam o título de Cidadão Honorário. Se precisa da maioria simples, foi aprovado, senão 27 votos não aprova.

Então, na Sessão de amanhã, vou entrar com um pedido por escrito à Mesa para que me responda sobre quantos votos precisa, se é a maioria simples ou absoluta para a aprovação de uma título de Cidadão Honorário do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É legítimo da parte de V. Exa. fazer esse pedido à Mesa para que se esclareça, mas quero lhe adiantar, com o artigo nº 161.

(**Lê o artigo**)

Requerimento nº 2704, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminhamos favoravelmente, porque é extremamente importante ser esclarecido oficialmente pela Secretaria do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2692, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2703, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2705 e 2706, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2708, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Ribas Carli Filho, Ademar Traiano, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Solicito a V. Exa., mas na verdade é para a assessoria da presidência. Por inúmeras vezes solicitamos ao Presidente Nelson Justus se já veio a resposta do nosso pedido de informação, formulado em junho e aprovado pelo Plenário.

Não foi um acordo, foi aprovado pelo Plenário o pedido de informações, solicitando o valor pago com títulos precatórios alimentícios os impostos e tributos no estado do Paraná.

Gostaria que a assessoria da Mesa, entrasse em contato com o Presidente, Deputado Nelson Justus, para que amanhã o Presidente informasse à Casa se já veio ou não. Se não veio, quais as providências que a Assembléia está tomando em relação ao não cumprimento do requerimento não respondido pelo Governo do Estado.

O segundo ponto, o Deputado Jocelito Canto levantou uma questão das notas, mas V. Exa. se comprometeu a trazer as notas aqui no Plenário, em relação às TVs laranjas da educação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na verdade, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, não posso ter dois pesos e duas medidas. A segunda questão de ordem do Deputado Elio Rusch não cabe. É uma questão de V. Exa. com o Deputado Romanelli. Não podemos fazer ping-pong aqui no plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., penso que neste final de Sessão do Parlamento, no microfone de aparte, entre Situação e Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Mas, não tem horário. Ele pediu uma questão de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sei, mas respondemos questões que são relevantes, me parece, e o Deputado Elio Rusch tem razão em cobrar. Estou em falta de trazer o documento. E ainda

hoje vou entrar em contato, porque de fato ficaram de me entregar e não entregaram, mas vou trazer. Quero ver se amanhã, Deputado Elio Rusch, quero trazer a V. Exa., Líder da Oposição, a cópia da nota fiscal. Trarei com o maior prazer. Vou ainda hoje diligenciar para que amanhã possa ter, se possível, em mãos. Não garanto 100%, mas vou fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com relação a primeira questão de ordem do Deputado Elio Rusch, ela procede e acho que a Mesa tem que dar uma resposta a V. Exa. Se não for possível o recebimento desta resposta, obviamente, a Mesa tem que tomar as providências que cabe a Casa, através do seu Regimento Interno e da Constituição do Estado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, em relação ao meu requerimento ainda, o requerimento foi de nossa autoria, mas após ter sido aprovado pelo Plenário, ele não é mais de autoria do Deputado Elio Rusch, ele é da Casa, do Poder Legislativo. E é o Poder que está sendo respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 195, 279, 441, 447, 453 e 471/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 223, 461/07 e do Projeto de Resolução nº 026/07.

Levanta-se a Sessão.

